



ENSINO E EXTENSÃO: FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

TRABALHOS PREMIADOS NA EDIÇÃO DO PRÊMIO HONRA AO MÉRITO
DO III SALÃO DE ENSINO E DE EXTENSÃO DA UNISC - 2012

Ana Luisa Teixeira de Menezes
Carmen Lúcia de Lima Helfer
Organizadoras



Ana Luisa Teixeira de Menezes
Carmen Lúcia de Lima Helfer
(Organizadoras)

ENSINO E EXTENSÃO: FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

TRABALHOS PREMIADOS NA EDIÇÃO DO PRÊMIO **HONRA AO MÉRITO**
DO III SALÃO DE ENSINO E DE EXTENSÃO DA UNISC - 2012

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2013



Reitor
Vilmar Thomé
Vice-Reitor
Eltor Breunig
Pró-Reitora de Graduação
Carmen Lúcia de Lima Helfer
Pró-Reitora de Pesquisa
e Pós-Graduação
Rosângela Gabriel
Pró-Reitor de Administração
Jaime Laufer
Pró-Reitor de Planejamento
e Desenvolvimento Institucional
João Pedro Schmidt
Pró-Reitora de Extensão
e Relações Comunitárias
Ana Luiza Texeira de Menezes

EDITORA DA UNISC

Editora
Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente
Rosângela Gabriel
Cristina Luisa Eick
Eunice Terezinha Piazza Gai
José Martinho Rodrigues Remedi
Sérgio Schaefer
Wolmar Alípio Severo Filho

© Copyright: Dos autores
1ª edição 2013

Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Editoração: Clarice Agnes, Julio Cezar S. de Mello
Capa: Denis Ricardo Puhl
Assessoria de Comunicação e Marketing

E59 Ensino e extensão [recurso eletrônico] : formação e socialização do conhecimento / Ana Luisa Teixeira de Menezes e Carmen Lúcia de Lima Helfer (Organizadoras). – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2013.

Dados eletrônicos

Texto eletrônico

Modo de acesso: World Wide Web: <www.unisc.br/edunisc>

ISBN 978-85-7578-366-5

1. Ensino superior. 2. Extensão universitária. 3. Professores – formação. I. Menezes, Ana Luisa Teixeira de. II. Helfer, Carmen Lúcia de Lima.

CDD 378

Bibliotecária: Luciana Mota Abrão - CRB 10/2053



Avenida Independência, 2293
Fones: (51) 3717-7461 e 3717-7462 - Fax: (051) 3717-7402
96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS
E-mail: editora@unisc.br - www.unisc.br/edunisc

COMITÊ DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DO PRÊMIO HONRA AO MÉRITO

Educação:

Susana Margarita Speroni (Depto. de Educação)
Ieda de Camargo (Depto. de Educação)
Elisabeth Garcia Costa (Núcleo de Ação Comunitária)

Comunicação:

Demétrio de Azeredo Soster (Depto. de Comunicação Social)
Mirela Hoeltz (Depto. de Comunicação Social)
Jair Marcos Giacomini (Depto. de Comunicação Social)

Saúde:

Isabel Pommerehn Vitiello (Depto. de Educação Física e Saúde)
Bianca Inês Etges (Depto. de Educação Física e Saúde)
Rosylaine Moura (Depto. de Enfermagem e Odontologia)
Chana Medeiros da Silva (Depto. de Biologia e Farmácia)
Suplentes:
Renita Baldo Moraes (Depto. de Enfermagem e Odontologia)
Sandra Mara Mayer (Depto. de Educação Física e Saúde)

Ação Comunitária:

Elisabeth Garcia Costa (Núcleo de Ação Comunitária)
Rosana Jardim Candeloro (Depto. de Ciências Humanas)
Miguel Angel Liello (Depto. de Psicologia)

Arte, Cultura e Esporte:

Martha Helena Segatto Pereira (Depto. de Educação Física e Saúde)
Marcos Moura Baptista dos Santos (Depto. de Ciências Humanas)
Ursula Muller (Depto. de Educação Física e da Saúde)

Ciência e Tecnologia:

Rosane Jochims Backes (Depto. de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias)
Wolmar Alípio Severo Filho (Depto. de Química e Física)
Andréa Aparecida Konzen da Silva (Depto. de Informática)
Suplente:
Werner Haetinger (Depto. de Informática)
Marcia Elena Jochims Kniphoff da Cruz (Depto. de Informática)

Gestão e Desenvolvimento:

Cristina Luisa Eick (Depto. de Ciências Administrativas)
Liane Mählmann Kipper (Depto. de Química e Física)
Vania Amires Lemos Stiebbe (Depto. de Ciências Contábeis)

Direito e Cidadania:

Elisabeth Garcia Costa (Núcleo de Ação Comunitária)
Miguel Angel Liello (Depto. de Psicologia)
Janrie Rodrigues Reck (Depto. de Direito)

Meio Ambiente:

Alexandre Rieger (Depto. de Biologia e Farmácia)
Adilson Ben da Costa (Depto. de Biologia e Farmácia)
Dionei Minuzzi Delevatti (Depto. de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias)

Línguas e Literatura:

Ana Claudia Munari Domingos (Depto. de Letras)
Dercy Akele (Depto. de Letras)
Rosane Maria Cardoso (Depto. de Letras)

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Carmen Lúcia de Lima Helfer
Ana Luisa Teixeira de Menezes
Carla Lavínia Pacheco da Rosa
Ricardo André Machado

Edilene Vasconcelos Brun
Joice Nunes Lanzarini
Rosalice Silva Spies
Patrícia Maria Konzen Klamt

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Solange Maria Longhi 5

APRESENTAÇÃO

Ana Luisa Teixeira de Menezes, Carmen Lúcia de Lima Helfer 8

TRABALHOS PREMIADOS:

EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM SALA DE ESPERA: UM RELATO DA PRÁTICA DO PET/VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

Karini da Rosa, Susimar Souza da Rosa, Suzane Beatriz Frantz Krug 9

PROJETO DE EXTENSÃO “EDUCAÇÃO SEXUAL: FORMANDO REDES DE SOCIALIZAÇÃO”

Almerindo Boff, Ana Paula Justen, Camila Deufel, Patrícia Borges Cauduro 16

LEVANTAMENTO DA REALIDADE: APROXIMAÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO PARA CONHECIMENTO DOS MEIOS QUE VIABILIZAM A ACESSIBILIDADE DIGITAL EM ESCOLAS PÚBLICAS

Bárbara Inês Plentz, Diego Ildonei Limberger, Laura Marcine Pranke, Marcia Elena Jochims Kniphoff da Cruz 28

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ASAN: UMA PRÁTICA ORGANIZADA E ORIENTADA

Cassinéli Garske, Ediberto de Oliveira Machado, Lisoni Muller Morsch, Patricia Genz Azambuja 39

PREFÁCIO¹

Estamos numa Universidade Comunitária, por todos nós constituída. Como tal sabemos que ela precisa cada vez mais aprofundar sua inserção humana e social comprometendo-se com a construção de um futuro melhor para o nosso país. Nossa missão se insere no grande movimento de construção da cidadania pela formação de cidadãos democráticos competentes através da criação e difusão de tecnologias, de conhecimentos legítimos, que promovam a vida com dignidade e justiça. A Universidade Comunitária tem uma missão que a atravessa desde suas origens e que deve continuar a impregnar a todas as suas ações - o seu compromisso com o que é público. Sua principal missão está na promoção do desenvolvimento humano e social, em sua comunidade regional e na sociedade em geral, tendo por diretriz a busca da emancipação humana e social preservando e melhorando a vida no planeta. Assim, a universidade Comunitária precisa ir gestando, continua e renovadamente, este compromisso em cada um daqueles que nela vêm buscar formação.

Com satisfação, ao prefaciá-la esta obra, reconheço que ela faz parte deste esforço. Os grupos que tiveram seus textos aqui contemplados encontram-se movidos, principalmente, pelo desejo de ultrapassar fronteiras, de avançar de uma estagnação, de buscar coisas novas, de crescer em conhecimento, de resolver problemas, de encontrar e aplicar soluções, de compreender o que nos acontece, o que acontece à natureza, aos que nos cercam enfim, pelo desejo de conquistar o mundo, de situar-se no universo, sendo sujeitos de seu próprio processo de crescimento, buscando sua autonomia e emancipação, sem ignorar nossa condição humana. Seus autores estudantes, sob orientação, segura e responsável de seus mestres, estão procurando encontrar o seu lugar, preparando-se para o exercício da profissão escolhida, a fim de nela realizarem-se.

¹ Grande parte deste Prefácio foi apresentado pela autora, na palestra de Abertura do II Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão, III Salão de Ensino e de Extensão e XVIII Seminário de Iniciação Científica “Produção e socialização do conhecimento através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A imbricação do apreendido por meio do ensino e da pesquisa bem como o construído coletivamente na extensão, demonstra que a construção de um outro *mundo possível* (utopia constante de Boaventura de Sousa Santos), dando atenção ao *aqui e agora* (lembrando *A Ilha* de Aldous Huxley), é responsabilidade de cada um. Esse é o nosso tempo, de fazer universidade desde o lugar em que nos encontramos e no tempo de que dispomos, levando em consideração o meio que nos circunda (o local) e o contexto (mais global - mundial), em que ele se insere. Em nossas universidades comunitárias a extensão é um modo único de se pesquisar, de se conhecer e se entender a realidade. E isso se encontra demonstrado nos relatos constitutivos do volume "ENSINO E EXTENSÃO: FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO", livro organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias e pela Pró-Reitoria de Graduação, editado em *honra ao mérito* aos quatro trabalhos premiados no II Seminário Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão, III Salão de Ensino e de Extensão e XVIII Seminário de Iniciação Científica - "Produção e socialização do conhecimento através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão", da Unisc em 2012.

É preciso reconhecer que os quatro trabalhos, todos de alunos da Unisc, distribuídos nos dois eixos temáticos encontram-se perpassados reciprocamente, pela Saúde e pela Educação, evidenciando a efetivação de uma linha diretriz institucional comunitária.

O *primeiro* dos trabalhos, reunindo professores e acadêmicas do Curso de Farmácia, demonstra que, através da organização da farmácia em geral e dos próprios medicamentos, é possível melhorar a qualidade de vida de pessoas as quais, por variadas circunstâncias estando com sua autonomia comprometida por idade ou doença, em grande parte idosos que se encontram institucionalizadas. Muitos são os ganhos para os assistidos, mas também, para os estudantes. Uma atividade tão simples, porém tão fundamental como a de *organização dos medicamentos nos dispensadores individuais*, segundo a hora e a quantidade da medicação, permite melhor eficácia do tratamento dos seus usuários. O esclarecimento respeitoso ao paciente acerca da importância e dos benefícios da medicação oportuniza também ao estudante, o desenvolvimento da sensibilidade e resgata o compromisso do profissional farmacêutico com a saúde do paciente.

O *segundo* dos trabalhos, desenvolve-se no ambiente da sala de espera, lugar em que trabalhadores se encontram aguardando atendimento de profissionais da saúde. Estudantes e estagiários de cursos da Unisc, valendo-se de material didático (álbum educativo), entendem aquela *sala como local apropriado para a prática da educação em saúde*. Deparam-se com a situação de desconhecimento, por parte do trabalhador, de informações básicas de saúde as quais poderiam contribuir para a redução de ocorrências de doenças e/ou acidentes a que estão sujeitos. Então se empenham no esforço educativo capaz de fazer reverter quadros não desejáveis entre aqueles trabalhadores. Outros ganhos paralelos decorrem da possibilidade de vivência da parceria da Unisc, através do Programa de Educação para o Trabalho – o PET Saúde, com outras instituições de Santa Cruz (Secretaria da Saúde) e do Ministério da Saúde.

O *terceiro* trabalho, enquadrado no eixo Educação em um dos seus temas

mais atuais, polêmicos e inovadores – trata do *uso de novas tecnologias nos processos educativos* e a possibilidade de mediação da acessibilidade e inclusão de indivíduos com necessidades especiais em escolas públicas, valendo-se de atividades circunscritas. Evidencia-se o empenho dos estudantes do curso de Licenciatura em Computação em contribuir para o encaminhamento de soluções aos problemas constatados valendo-se de folderes, promoção de oficinas e exposição acerca de equipamentos e softwares específicos.

O último dos trabalhos evidencia que a Instituição (e nela seus professores e universitários), estão atentos às demandas dos sujeitos - estudantes de escolas da região, preocupando-se em saber *quem é este adolescente*. Quais seus interesses, suas dúvidas, curiosidades e interpretações, acerca da vida e da sexualidade. Dessa forma os universitários buscam contribuir para que a escola chegue a desempenhar o seu papel, como agente de formação de cidadania. Revelam atitude de coragem e de consciência de que algo precisa ser realizado e bem, através do diálogo, do bate-papo, das rodas de conversa. Sua leitura é atual, concreta, real, respeitosa; enfim, educativa.

Sem dúvida este volume de relatos distinguidos faz jus ao evento. Permite reunir as três dimensões que tornam o fazer universidade real e possível – o ensino, a extensão e a pesquisa integrados, interagindo entre si de forma complementar. A alegria, o clima de *festa*, que somente a realização pela ação permite, torna-se perceptível em cada um dos textos.

O importante e o desafiador neste Seminário foi o convívio com uma ciência que permite uma série de compreensões como: - a leitura que cada um faz/ fará do conhecimento construído e exposto; - o aprender a fazer, que se transforma no saber fazer pesquisa; - a possibilidade desse conhecimento, ser analisado e criticado por outros que também são aprendizes, uns mais outros menos experientes, crítica essa que torna transparente nossas ações; - a perspectiva desse saber ser utilizado por outros sujeitos que serão capazes de promover o tão esperado desenvolvimento regional, crescimento e aperfeiçoamento dos conhecimentos e procedimentos nas mais diversas áreas como saúde, melhora ambiental, em processos sociais amplos e educativos de produção, de construção, de edificação de novas organizações, de instituições, de novas tecnologias, pelos diferentes grupos.

Está de parabéns a comunidade acadêmica da Unisc e a sua comunidade externa, que recebe, como benefício, esta produção.

Solange Maria Longhi
Santa Cruz do Sul, outubro de 2012.

APRESENTAÇÃO

Pensar e trabalhar a extensão como formação acadêmica tem sido a tônica do nosso movimento de integração entre ensino e extensão na UNISC. O terceiro livro do prêmio honra ao mérito intitulado **Ensino e Extensão: formação e socialização do conhecimento** reflete uma política das Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão e Relações Comunitárias que aponta para a constituição de um modo de aprendizagem na qual a extensão dialoga com o ensino e com a pesquisa, provocando um encontro entre as dimensões, dentro de um espaço formativo teórico-prático de caráter interdisciplinar, dialógico e reflexivo.

O tempo e a energia que dedicamos à publicação, ao evento e a todo o processo que envolve a tessitura dos artigos, sinalizam a compreensão acerca da importância do espaço da extensão, enquanto formação do estudante. Além da participação dos estudantes em projetos de extensão e em projetos vivenciados a partir de um ensino extensionista, que possibilitam a aprendizagem com a diversidade dentro de um mundo vivido, também acreditamos ser fundamental estimular a escrita enquanto ato educativo que, além de socializar as práticas extensionistas, desenvolve o potencial reflexivo e analítico em torno de conhecimentos vividos.

Os trabalhos publicados tornam-se possibilidades para o aprofundamento de nossas propostas de interação e/ou intervenção do ponto de vista metodológico, do processo de aprendizagem do estudante e dos resultados atingidos.

Estamos pensando, sentindo e fazendo, com a intensidade de quem procura a superação, de quem acredita na formação como um processo dialógico, de busca, de movimento, de troca e de aprendizagem. Insistimos, persistimos com os pés firmes na realidade do desafio, na construção de um projeto educativo, que ganha sementeira no centro de nossos corações e de nossas ações, que olham para a grandeza de sermos seres capazes de construir o que acreditamos.

Ensino e extensão na formação universitária da UNISC é uma utopia e, também, é uma realização: é caminho construído no dia a dia, é esforço, é teimosia, é conhecimento, é encontro. É o que queremos socializar com muita alegria, através da palavra e da escrita de nossos estudantes. Esse é o nosso maior prêmio enquanto educadores.

*Ana Luisa Teixeira de Menezes
Carmen Lúcia de Lima Helfer*

EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM SALA DE ESPERA: UM RELATO DA PRÁTICA DO PET/VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

*Karini da Rosa
Susimar Souza da Rosa
Suzane Beatriz Frantz Krug*

1 INTRODUÇÃO

A sala de espera de unidades e serviços de saúde é o lugar onde as pessoas aguardam atendimento dos profissionais de saúde, onde conversam, trocam experiências entre si, falam de suas aflições, de suas doenças, da qualidade do atendimento na instituição e da vida cotidiana, observam, emocionam-se e expressam-se. Segundo Teixeira e Veloso (2006), é um território dinâmico, onde ocorre mobilização de diferentes pessoas à espera de um atendimento de saúde.

Na sala de espera é feito o acolhimento dos usuários pelos profissionais da saúde, existe a troca de conhecimentos entre os participantes, o reconhecimento da realidade sociocultural, bem como crenças e a expressão dos sentimentos. Sendo assim, esse é um local onde se tem a oportunidade de desenvolver habilidades relacionadas à comunicação e à interação (NORA; MÂNICA; GERMANI, 2009).

As atividades desenvolvidas em sala de espera surgem a partir da necessidade de implementação de novas metodologias assistenciais que atendam às necessidades da população. Conforme Nora, Mânica e Germani (2009), a sala de espera tem o intuito de amenizar o desgaste físico e emocional associados ao tempo de espera por um atendimento no âmbito dos serviços de saúde. Constitui um alicerce para melhorar a qualidade do atendimento, possibilita explorar situações difíceis de forma menos traumática, trabalhar as emoções, propiciando

conforto, relaxamento e segurança. Sendo assim, pode-se dizer que, neste espaço, os profissionais da saúde contribuem para a prevenção de doenças e promoção da saúde. Borges e Japur (2008) dizem que é necessário abrir espaços de diálogo com a população, gerando espaços de reflexão e problematização, que possibilitem a construção de uma relação de corresponsabilidade, favorecendo formas mais humanas e efetivas no processo de trabalho em saúde, tanto para os usuários, como para os profissionais. Nesse sentido, percebe-se que a educação em saúde em sala de espera é uma ação que propicia um espaço de diálogo, melhorando a qualidade da assistência à saúde prestada à população, refletindo em um cuidado integral ao usuário e um serviço humanizado.

Conforme Alves (2005), a educação em saúde é um meio do qual o conhecimento cientificamente produzido no campo da saúde, intermediado pelos profissionais de saúde, atinge a vida cotidiana das pessoas, uma vez que a compreensão dos condicionantes do processo saúde-doença oferece subsídios para a adoção de novos hábitos e condutas de saúde. É vista como uma estratégia de promoção à saúde, sendo um desafio para que os profissionais venham a desenvolver a dimensão político-social que a educação em saúde exige no contexto de ensino-aprendizagem (NORA; MÂNICA; GERMANI, 2009).

Segundo Acioli (2008), a educação em saúde é um importante instrumento de trabalho para os profissionais da saúde, principalmente quando resulta na problematização da realidade, privilegiando o intercâmbio de saberes, no qual o saber profissional e o senso comum se unem em prol do bom senso. Sendo assim, contribui para a formação e o desenvolvimento das pessoas em relação a questões de saúde, à organização para ações coletivas e ao desenvolvimento de reflexões sobre as práticas em saúde.

Nesse contexto, as ações de educação em saúde em sala de espera constituem uma forma efetiva para a prevenção e promoção em saúde do trabalhador. Conforme a Lei nº 8080 de 1990, Saúde do Trabalhador é o conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores. Visa também à recuperação e à reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001). Busca a explicação sobre o adoecer e o morrer das pessoas, dos trabalhadores em particular, através do estudo dos processos de trabalho (MENDES e DIAS, 1991).

Segundo o Ministério da Saúde (2001), são considerados trabalhadores todos que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais ou informais da economia; os que trabalharam ou trabalham como empregados assalariados, trabalhadores domésticos, avulsos, agrícolas, autônomos, servidores públicos, cooperativados e empregadores; aqueles que exercem atividades não remuneradas e aqueles temporária ou definitivamente afastados do mercado de trabalho por doença, aposentadoria ou desemprego. Com isso, todos tem o direito de ter o documento de notificação preenchido caso sofram algum acidente ou um agravo relacionado ao trabalho.

O presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências vividas pelos

integrantes do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET Saúde/Vigilância em Saúde (PET Saúde/VS) – projeto em parceria entre a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a Secretaria da Saúde de Santa Cruz do Sul/RS e o Ministério da Saúde - ao realizar atividades de educação em saúde em sala de espera de unidades de saúde do município.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência acerca de ações de educação em saúde em sala de espera, que se baseia em vivências e observações dos bolsistas do PET/Vigilância em Saúde nas unidades de saúde do município de Santa Cruz do Sul-RS. As ações foram desenvolvidas em seis unidades de Estratégias de Saúde da Família (ESF), uma unidade básica (UBS) e no Ambulatório Central do município, no primeiro semestre de 2012. Envolveram levantamento de dados e ações assistenciais e educativas aos trabalhadores e profissionais de saúde em unidades da rede pública de saúde.

Como instrumento de trabalho utilizou-se um álbum educativo, com informações referentes à Saúde do Trabalhador, com figuras ilustrativas e resultados obtidos no levantamento realizado pela equipe do PET/Vigilância em Saúde sobre os dois agravos de maior prevalência – Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho e Acidentes Graves – no município de Santa Cruz do Sul-RS, nos de anos de 2008 a 2010.

A utilização do álbum educativo, segundo Flausino, Oliveira, Zago (2000), é ampla na área da educação em saúde e tem como vantagens direcionar a sequência da exposição, possibilitar a imediata retomada de qualquer material já apresentado na exposição do álbum, possibilitar a utilização de materiais diversos na sua confecção e assinalar os pontos essenciais de cada tópico apresentado.

O PET/ Vigilância em Saúde desenvolveu no município de Santa Cruz do Sul, durante os anos de 2010 a 2012, o projeto “Vigilância em Saúde: um estudo com trabalhadores cadastrados e não cadastrados na Unidade Municipal de Referência em Saúde do Trabalhador de Santa Cruz do Sul”, com os objetivos de fortalecer ações de educação permanente entre os profissionais de saúde e os usuários sobre os acidentes de trabalho, articulando com a rede básica de saúde; estimular a incorporação da busca de acidentados de trabalho na prática diária do agente comunitário de saúde; identificar as dificuldades e perspectivas dos profissionais de saúde da atenção primária referente à busca de acidentados do trabalho; verificar a articulação do serviço para o encaminhamento dos acidentados do trabalho ao serviço de referência; realizar busca ativa de acidentados do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maioria dos usuários atendidos pela equipe do PET/Vigilância em Saúde nas salas de espera das unidades de saúde apresentou escolaridade de primeiros

anos do ensino fundamental e médio. Esse aspecto, por um lado, acarretou algumas limitações na utilização de recursos que exigiam a habilidade de leitura por parte do usuário; por outro, não se pode negligenciar a função dos recursos audiovisuais no processo educativo, pois são um auxílio para o educador, como foi o álbum elaborado e utilizado pelos integrantes do PET/ Vigilância em Saúde.

Assim, realizaram-se 32 atividades educativas em salas de espera, com o álbum educativo, envolvendo, dessa forma, 346 usuários, conforme tabela a seguir.

Tabela 1. Número de atividades educativas e usuários atendidos por unidade de saúde.

UNIDADE	Atividades educativas em sala de espera	Usuários atendidos em sala de espera
ESF SENAI	04	26
ESF Glória Imigrante	04	120
ESF Menino Deus	05	36
ESF Pedreira	05	43
ESF Bom Jesus	06	47
ESF Gaspar	05	35
UBS Avenida	02	09
Ambulatório Central	01	30
TOTAL	32	346

Fonte: dados do projeto (2012)

No trabalho desenvolvido pelos nove bolsistas, inicialmente, conhecia-se a rotina da unidade de saúde em que estavam inseridos, e após iniciava-se o trabalho em sala de espera. Conforme chegavam os usuários que aguardariam por atendimento, conversava-se individualmente ou em pequenos grupos, questionando-os sobre o que são acidentes e doenças do trabalho e as formas de notificação dos casos nos sistemas de informações, explicando e trocando ideias sobre o tema.

Alguns questionamentos surgiram a respeito do que se trata o acidente/agravo do trabalho e a notificação compulsória. Outros usuários mostraram-se surpresos com os resultados obtidos na pesquisa prévia sobre os dois agravos do trabalho de maior prevalência no município no período de 2008 a 2010 - Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbio Osteomuscular Relacionados ao Trabalho e Acidentes Graves.

Alguns usuários relataram já ter sofrido acidente de trabalho, mas sem a notificação do mesmo; outros diziam nunca ter sofrido nenhum acidente/agravo, já outros relataram ter sofrido acidente com o caso sendo notificado. Percebeu-se que assuntos referentes à saúde do trabalhador ainda são pouco conhecidos, muitos dos participantes apresentaram dificuldade em perceber a quais riscos estão

expostos em seu trabalho e em relacionar os acidentes/agravos do trabalho com as atividades laborais que desenvolvem. Muitos também relataram não saber onde procurar informações sobre acidentes/agravos do trabalho, como e onde notificar.

Camara e Pinheiro (2000), em seu estudo, falam que uma avaliação das pessoas nos serviços relata que há uma baixa qualidade das fontes de informação, podendo ser devido a uma alimentação inadequada nos sistemas de informação em saúde do trabalhador existentes. Há certo distanciamento da utilização das informações em saúde, tendo como consequência a precariedade das informações. Verifica-se uma dificuldade de integração dos diversos serviços que atuam na saúde do trabalhador. E, finalmente, um dos aspectos identificados como problema foi o fato de as informações em saúde do trabalhador serem desconhecidas não sendo utilizadas para subsidiar as ações.

O desconhecimento referente à temática pode estar relacionado à complexidade da mesma. Conforme Mendes e Dias, (1999), a Saúde do Trabalhador, por ser tão complexa, traz a necessidade de estudos, compromisso com capacitação, pesquisas, estudos na área e, sobretudo, ações através de políticas de saúde que busquem a atenção à saúde.

A atividade foi relatada pelos profissionais das unidades de saúde como uma oportunidade de aprendizagem para os usuários, possibilitando novas perspectivas e novos olhares sobre a saúde do trabalhador e sobre acidentes/agravos do trabalho. Relataram também que experiências como essa, proporcionam uma formação acadêmica diferenciada, com capacidade de autonomia, iniciativa e resolução de problemas.

Algumas limitações na realização deste trabalho se fizeram presentes, como a interrupção da atividade em função do atendimento do paciente na unidade e o não interesse de alguns sobre o tema, apesar de aceitarem participar da atividade. Os pontos positivos foram a inserção dos bolsistas/integrantes do PET nas unidades de saúde, integração com as equipes de saúde e também com alunos de diferentes cursos. Krahl et. al. (2009) relatam que esse tipo de atividade oportuniza diversas vivências, entre elas, maior visibilidade da relação do conhecimento adquirido na academia e a realidade dos serviços de saúde, despertando o espírito reflexivo e crítico sobre este contexto. Proporciona também responsabilização em torno das atividades impostas; aprofundamento da busca de conhecimentos e, além disso, contato direto com o paciente que aguarda atendimento.

A atividade buscou alertar para a necessidade de conscientização dos trabalhadores, fortalecendo, junto ao usuário e ao trabalhador de saúde, ações de educação em saúde sobre agravos à saúde relacionados ao trabalho, estimulando para a importância da notificação de acidentes de trabalho, contribuindo significativamente para a redução da ocorrência de doenças e/ou acidentes do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades alertaram para a importância da prática de notificação compulsória dos acidentes e das doenças relacionados ao trabalho, bem como aprimoraram a visão do usuário em relação a sua saúde enquanto trabalhador.

Também proporcionaram aos acadêmicos a oportunidade de ampliar conhecimentos quanto à educação em saúde, comprovando, assim, que a vida profissional exige constante busca de conhecimento para uma atenção integral e ampliada ao paciente. Além disso, a participação de acadêmicos nesta atividade fortalece a identidade profissional, na busca da conquista da autonomia em suas ações, com conseqüente qualificação do processo de trabalho, e da formação crítica e comprometida do futuro profissional. Observa-se, dessa forma, que usuários e profissionais são verdadeiros protagonistas da mudança do modelo assistencial no cotidiano das unidades de saúde.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. A prática educativa como expressão do cuidado em saúde pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Rio de Janeiro – RJ, v. 61, n. 1, p. 117-121, 2008.

ALVES, V. S.. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.9, n.16, p.39-52, set. 2004/fev.2005.

BORGES, C. C.; JAPUR, M.. Sobre a (não) adesão ao tratamento: ampliando sentidos do autocuidado. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 1, Mar. 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde*. Organizado por Elizabeth Costa Dias; Colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. Editora MS - Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

CAMARA, G. R. C.; PINHEIRO, T. M. M. Percepção Social dos Problemas Relacionados com o Uso dos Sistemas de Informação em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). *In: I Conferência Eletrônica do Centro Virtual de Estudos Políticos (CEVEP)*, Belo Horizonte, 2000.

FLAUSINO, J. M.; OLIVEIRA, J. Z.; ZAGO, M. M. F. Álbum seriado para o ensino do Laringectomizado. *Rev. latino-am. enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 131-133, 2000.

KRAHL M, et al. Experiência dos acadêmicos de enfermagem em um grupo de pesquisa. *Rev Bras Enferm*, Brasília, v. 62, n. 1, p. 146-50, 2009.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n. 5, 1991.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Saúde dos trabalhadores. *In: ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde*. Rio de Janeiro: MEDSI, 1999. p. 431-458.

NORA, C. R. D.; MÂNICA, F.; GERMANI, A. R. M.. Sala de Espera uma Ferramenta para Efetivar a Educação em Saúde. *Revista Saúde e Pesquisa*, v. 2, n. 3, p. 397-402, set./dez. 2009.

TEIXEIRA, Enéas Rangel; VELOSO, Raquel Coutinho. O grupo em sala de espera: território de práticas e representações em saúde. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 15, n. 2, junho 2006.

PROJETO DE EXTENSÃO “EDUCAÇÃO SEXUAL: FORMANDO REDES DE SOCIALIZAÇÃO” QUE ADOLESCENTE É ESSE?

*Almerindo Boff¹
Ana Paula Justen²
Camila Deufel³
Patrícia Borges Cauduro⁴*

1 INTRODUÇÃO

As grandes mudanças de comportamento sexual como, por exemplo, a ocasionada pelo surgimento do contraceptivo oral na década de 1960, que inaugurou novos costumes sociais como o do relacionamento sexual pré-matrimonial, da iniciação sexual precoce e do amadurecimento sexual acelerado, não costumam ser acompanhadas por igual revolução na orientação sexual, como salienta Ferrua (1980). Enquanto o sexo se torna mais acessível, os jovens continuam a receber a mesma educação puritana, ou então a vivenciar uma falta de qualquer tipo de orientação.

A necessidade de educação sexual no contexto da adolescência é reconhecida como fundamental para uma vida sexual saudável. Apesar do avanço científico e tecnológico das últimas décadas, este ainda é um tema impregnado de mitos, tabus, preconceitos e desconhecimentos.

1 Psiquiatra, Mestre em Psicologia e profº. do Curso de Medicina da Unisc E-mail: abcdboff@gmail.com

2 Acadêmica do curso de Biologia da Unisc. E-mail: anajusten@mx2.unisc.br

3 Acadêmica do curso de Psicologia da Unisc. E-mail: camiladeufel@hotmail.com

4 Acadêmica do curso de Medicina da Unisc. E-mail: patriciacauduro@terra.com.br

Se trabalhar educação é um desafio na nossa sociedade, a tarefa da educação sexual é duplamente difícil. A cada passo esbarramos em preconceitos, e, a um leve sinal de transformação, as resistências emperram e é preciso muita habilidade para superá-las.

O Programa Unisc-escola recebe grande quantidade de pedidos de atendimentos em escolas, visando a esclarecimentos e orientações sobre sexualidade. No entanto, essa demanda vem geralmente em forma de busca de palestras ou intervenções pontuais, realizadas por acadêmicos ou professores que são convidados a ir às escolas por serem considerados “detentores do conhecimento”. A escola busca intervenções para remediar situações que só podem ser prevenidas através de uma mobilização muito maior, que requer tempo, estudo e empenho por parte dos professores, alunos, pais e demais educadores.

Considerando esses fatos, foi elaborado um projeto de extensão na Universidade para estudo em sexualidade humana visando ir além de atender pedidos de intervenções meramente paliativas de transmissão de conhecimentos nas escolas, buscando medidas que possibilitem o diálogo, a compreensão e a escuta de maneira continuada, formando redes de apoio e discussão dentro da universidade, das escolas e na comunidade.

O presente artigo versa acerca do trabalho realizado por este projeto, aproximando-se dos adolescentes por ele beneficiados no esforço de compreender quem são estes sujeitos, bem como a maneira como os mesmos vivenciam o aprendizado da sexualidade.

2 A EDUCAÇÃO A FAVOR DA SAÚDE SEXUAL

No trabalho com adolescentes verifica-se a importância de estudar e desmistificar a sexualidade. A educação sexual dirigida a este público tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica, posto que a sexualidade, independentemente da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos.

Segundo Gomes (2002), com grande frequência o adolescente recebe informações sobre saúde e sexualidade de amigos ou de pessoas pouco preparadas para essa função, sendo que os assuntos abordados na maioria das vezes são DST e AIDS. Porém, a sexualidade envolve questões que transcendem o biológico e os adolescentes acabam não entendendo as mudanças também psicossociais pelas quais passam.

As gerações dos últimos 30 anos, de acordo com Moizés e Bueno (2010), nasceram sob o impacto do aparecimento da AIDS, mudando a ênfase da busca, de “amor livre” para “sexo seguro”. Em parte por isso, crianças e jovens de hoje sentem-se receosos para tratar de certos assuntos que envolvem a sexualidade. Ao lado dessa busca por sexo seguro, também se estabeleceram muitos mitos que sustentam rumores, crenças populares e tabus sexuais. Alguns deles, como a masturbação vista como um distúrbio, ou a homossexualidade discriminada na sociedade, encontram

apoio em manifestações advindas do Estado, religiões, escola, mídia e família.

Ainda de acordo com Moizés e Bueno (2010), a mídia, por sua vez, propaga a erotização do adolescente, estimulando a precocidade da iniciação sexual e sua banalização, tornando-se necessário falar adequadamente sobre temas como sexualidade e sexo para a população visando a produção da saúde sexual. A ausência de informações e domínio das práticas contraceptivas, por exemplo, podem resultar em gravidez não desejada.

A maternidade e paternidade na adolescência estão aliadas a desvantagens sociais porque geralmente acarretam interrupção prematura da vida escolar, diminuição da capacidade de competir no mercado de trabalho e maior instabilidade em relações conjugais. Além disso, de acordo com Silva (2007), estes adolescentes tendem a se tornar dependentes de programas sociais do governo como o Bolsa Família, tanto quanto de suas famílias nucleares, pois não estão preparados para assumir as responsabilidades psicológicas, sociais e econômicas da criação de uma criança.

Diante de tais problemas, diz Gomes (2002), a escola é apontada pelos jovens como o local mais adequado de preparação para a vida em sociedade, sendo que é responsabilidade do sistema escolar promover a educação integral da criança e do adolescente, além de discutir a sexualidade de maneira voltada à educação sexual. O apelo na mídia não tem sido suficiente para que os adolescentes adotem o sexo seguro, fato comprovado pelo aumento do número de pessoas com HIV no mundo. A falta de uma educação sexual mais aprofundada é um dos motivos para a falta de adesão dos adolescentes.

Segundo os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), a sexualidade deve ser apresentada em todas as disciplinas transversalmente, conforme interesse e dúvidas do aluno. Mas para isso os professores devem estar capacitados e informados para esclarecer sobre a sexualidade, e esse trabalho deve ser feito de modo contínuo e permanente, através de contextos pedagógicos adequados, didáticas, reflexões e debate de ideias para formar uma educação preventiva, como lembram Moizés e Bueno (2010).

As dúvidas devem partir dos alunos, com temas que sejam por eles sugeridos, e preparados por profissionais que sejam do agrado e confiança deles. O diálogo é uma ferramenta muito importante para criar esta confiança. A escola deve valorizar o trabalho de educação sexual para esclarecer visões distorcidas ou negadas da sexualidade, e a família deve interagir para estimular as mudanças nas relações sociais, superando alguns preconceitos.

Tendo ciência que a sexualidade envolve questões biopsicossociais, é importante a participação de profissionais de várias áreas, como psicologia, enfermagem, biologia, medicina, entre outras, para trabalhar a sexualidade de forma interdisciplinar, atendendo aos anseios e necessidades dos adolescentes, mas também visando capacitar estes professores para ampará-los na efetiva prática dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

3 PROJETO “EDUCAÇÃO SEXUAL: FORMANDO REDES DE SOCIALIZAÇÃO”

O projeto teve início em março de 2011 através do interesse de professores dos cursos de Biologia, Enfermagem, Medicina e Psicologia e do programa Unisc-Escola da Unisc (Universidade de Santa Cruz do Sul) acerca da temática sexualidade.

Existia naquela altura grande quantidade de pedidos recebidos pela Unisc-escola de atendimentos visando esclarecimentos e orientações sobre sexualidade, sendo que esta demanda chegava geralmente em forma de busca de palestras ou intervenções pontuais, a serem realizadas por acadêmicos ou professores que eram convidados a ir às escolas por serem considerados “detentores do conhecimento”. As escolas buscavam intervenções para remediar situações que só podem ser prevenidas através de mobilização muito maior, que requer tempo, estudo e empenho por parte dos professores, alunos, pais e demais educadores.

Estruturou-se assim, através de reuniões entre os professores envolvidos, um projeto objetivando abarcar três frentes que foram avaliadas como essenciais para a construção de um trabalho efetivo na saúde sexual. Professores, seus alunos de escolas da região, e acadêmicos da Unisc. O projeto visa ir além de atender pedidos de intervenções meramente paliativas de transmissão de conhecimentos nas escolas, buscando medidas que possibilitem o diálogo, a compreensão e a escuta de maneira continuada, formando redes de apoio e discussão dentro da universidade, das escolas e na comunidade, indo ao encontro das propostas do Parâmetro Curricular Nacional, que propõe o trabalho da sexualidade de forma transversal.

Para isto o projeto esteve dividido em quatro atividades principais:

O *Curso de formação de multiplicadores em educação sexual*, destinado a acadêmicos dos cursos de enfermagem, medicina, pedagogia, biologia e educação física da Unisc, que abordou os mais diversos temas ligados à sexualidade humana, visando a capacitação de pessoas na temática da sexualidade para posteriormente multiplicarem tais conhecimentos.

Dentre os acadêmicos que participaram deste curso foram selecionados voluntários que atuaram no *Ciclo de atividades visando a promoção de saúde sexual desenvolvido nas escolas*, colocando em prática os conhecimentos adquiridos e proporcionando aos alunos aprendizagens acerca de diversos aspectos da sexualidade, sempre utilizando recursos divertidos como rodas de conversa, dinâmicas e bate-papos.

Estas atividades foram supervisionadas pelos professores participantes do projeto e embasadas pelos encontros do *GESH (Grupo de Estudos da Sexualidade Humana)* que faz parte deste projeto, destinando-se, além de estudar assuntos ligados à sexualidade humana, a discutir o andamento das atividades do projeto.

Foi realizado ainda o curso *“Repensando a educação sexual enquanto tema transversal”*, destinado a professores e pessoas envolvidas diretamente com a educação dos municípios de Santa Cruz do Sul e região, visando oportunizar a aprendizagem de temáticas da sexualidade enfocando a educação sexual nas escolas e as formas de transmissão destes conhecimentos aos alunos.

Sendo assim dividido, o projeto trabalha capacitando acadêmicos da Unisc

para trabalharem com os alunos das escolas de forma continuada, mas também com professores, que se tornam referências no trabalho da sexualidade dentro das escolas, possibilitando que a educação sexual se dê mesmo após a saída destes acadêmicos do ambiente escolar.

4 EMERGÊNCIA DE TEMAS: NO QUE PENSAM ESTES ADOLESCENTES?

O grupo de estudantes bolsistas do projeto *Educação sexual: formando redes de socialização*, supervisionados pelos professores participantes, atuou em uma escola municipal de Santa Cruz do Sul, preocupada com seu alto índice de adolescentes grávidas do último ano letivo. Foram atendidos alunos do 7º ao 9º ano em sete encontros em forma de oficinas onde em cada semana era abordado um assunto em conversas, dinâmicas, slides ou teatro. Ao final de cada intervenção era passada uma caixa de perguntas para que os alunos depositassem dúvidas as quais sentiam-se constrangidos de apresentar, sendo que as mesmas sempre eram respondidas no próximo encontro diluídas no conteúdo geral das atividades.

No último encontro foi realizada dinâmica de mitos e verdades onde os alunos separados em pequenos grupos responderam perguntas sobre temas abordados durante todas as intervenções como forma de fechamento das atividades nesta escola, avaliando tanto o conhecimento adquirido pelos alunos como a efetividade dos trabalhos executados pelos acadêmicos da Unisc.

Ao longo da inserção na escola os temas suscitados geraram dúvidas e novas descobertas sobre sexualidade entre os alunos e foi possível observar que foi grande o interesse. Entre eles, ressaltamos alguns assuntos e curiosidades discutidos pelo grupo *Gesh (Grupo de estudos da sexualidade humana)*.

5 ADOLESCER

A adolescência é uma fase em que muitas mudanças são esperadas não só pelo próprio adolescente, mas também por outros: familiares, professores, amigos. Essas expectativas em torno do jovem o fazem entrar em conflitos, uma vez que necessita ir de encontro a impulsos em prol da exigência social.

Segundo Becker (apud ABERASTURY & KNOBEL, 1984), 'aborrescente' tem sido o nome que circula no meio dos adultos para denominar os representantes de uma série de inconveniências, desajustes, irresponsabilidade, desrespeito, impropriedades, desinteresses e distorções, enfim, os representantes da falta de bom senso.

No anseio de que seu filho seja bem recebido pela sociedade e possa construir um bom futuro, os pais buscam, através de discursos, ensinar e de certa forma acabam impondo a seus filhos como devem se portar na sociedade. No entanto, a forma com que passam os ensinamentos é provida de muitas expectativas, essas que não somente vislumbram o futuro dos filhos, mas principalmente buscam uma forma de correção do fracasso dos pais, objetivo inatingível.

Para ilustrar a referida tentativa de persuadir o filho, pode-se citar um episódio que ocorreu durante as práticas com os jovens. Indagados se conheciam alguém que concebeu um filho durante a adolescência, uma menina relatou que a mãe sempre disse que havia engravidado do primeiro filho com dezessete anos, mas sua avó desmentiu dizendo que a filha havia engravidado com quinze anos. Provavelmente, a intenção da mãe era dar “bom exemplo” à filha, mas a alteração da informação apenas acrescentou a revelação da exigência de um ideal que a mãe fracassou em atingir.

A relação entre adolescentes e educadores se torna cada vez mais intrincada, principalmente, se usarmos o exemplo da sexualidade. Para buscar o porquê devemos lembrar que é na fase da adolescência que os jovens passam pela puberdade, que envolve muitas alterações hormonais, em busca de desenvolver a capacidade vital para nossa espécie que é a reprodução.

Segundo Macedo (2004), o luto pela perda da identidade infantil remete ao abandono do papel de criança dependente e segura, para a assunção de um outro, desconhecido e difícil. O luto pela perda do corpo infantil requer a aceitação da nova configuração corporal, com mudanças que atestam a definição da sexualidade, logo, que atestam a capacidade de procriação e a possibilidade de busca de um parceiro. Por fim, um luto pela perda dos pais da infância trata da perda do protecionismo parental e a necessidade do estabelecimento de uma nova relação com eles, não mais a relação que se tinha quando se era criança.

A dificuldade dos jovens em tratar assuntos da temática sexual foi verificada nas inserções no campo escolar, um exemplo demonstra bem esse fato. Foi entregue a todos um bilhete remetido a seus responsáveis convidando esses a uma reunião que seria realizada na escola com o objetivo de discutir temas de sexualidade que seriam explanados durante as práticas com os jovens em sala de aula. Na noite da reunião apenas um pai e um casal (pai e mãe) compareceu.

Ao mesmo tempo em que a sociedade condena os crimes contra a criança, a mídia, a cultura, a escola e a família acabam valorizando e incentivando aspectos que levam a erotização precoce. Seja em anúncios publicitários, em programas e novelas da TV, revistas, internet, nas músicas e vídeo-clipes, observam-se elementos que apontam para a sexualidade, e assim ela passa a ser alvo dos pequenos. As crianças, atingidas por essas informações, absorvem-nas em seu desenvolvimento, acelerando a apresentação de uma série de situações e atropelando fases, o que acaba por gerar confusão e indistinção entre os papéis adequados para o comportamento de crianças, adolescentes ou adultos. (GUEDES *et al.*, 2009).

6 DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

As DSTs, apesar de muito discutidas e das diversas campanhas disseminadas pela mídia em geral que visam a sua prevenção, ainda causam questionamentos entre os adolescentes. A constatação de tal fato pôde ser observada pelas perguntas realizadas pelos alunos durante as intervenções, tais como:

"Quando duas pessoas se beijam uma pode passar alguma doença pela boca para a outra pessoa que beijou? [sic]"

"Quais doenças passa no beijo? [sic]"

"Se duas pessoas ou mulheres se beijarem e uma está com uma ferida, passará HIV? [sic]"

Verificou-se a efetividade do trabalho quando uma aluna do 7º ano, ao final de uma intervenção, relatou em particular para um dos acadêmicos haver criado coragem, devido às oficinas, para fazer os exames de DST e AIDS, afirmando estar ansiosa pelo resultado.

7 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Os índices de gravidez na adolescência têm crescido vertiginosamente. Os adolescentes recebem as informações e conhecem os métodos contraceptivos, mas com frequência não fazem uso das informações que recebem, não utilizam métodos contraceptivos ou, por vezes, os usam inadequadamente. Seus relatos são todos muito parecidos, onde dizem que na hora nem se lembraram de utilizar alguma prevenção.

A gravidez na adolescência também pode ser acarretada pelo fato de vivermos em um mundo mais livre e erotizado, somado ainda ao fato biológico de que as meninas estão menstruando mais cedo e que inevitavelmente elas despertam para o sexo mais rápido. Contudo, se existe uma sexualização precoce induzida pelos meios de comunicação, estes mesmos meios também fazem circular informações sobre sexualidade, métodos contraceptivos e que a relação sexual entre duas pessoas de sexo oposto é a condição básica para gerar um bebê. (CORRÊA, 1996)

A gravidez na adolescência ainda é mais preocupante quando vivenciada pelas meninas já que, mesmo que o pai de um bebê assuma suas responsabilidades, caberá a ela correr os riscos biológicos envolvidos ao gerar em seu corpo imaturo a vida, bem como o ônus da amamentação nos primeiros meses de vida do bebê.

Uma adolescente do 7º ano depositou a seguinte indagação na caixa de perguntas: "porque quando a gente esta grávida sempre da uma dor forte? [sic]". Como não se sabia de quem era a pergunta, foi respondido que dor forte na gravidez não seria normal e que a gestante deveria consultar um médico para avaliar possíveis complicações. Mais tarde, no final da oficina, a menina que fez tal pergunta se identificou em particular, perguntando sobre os riscos de aborto, problemas decorrentes e se de fato seria perigoso. Frente a tais questionamentos e a forma de abordagem destes suspeitou-se de que a adolescente estaria grávida. A ginecologista coordenadora do projeto esteve na escola e conversou com a menina que confirmou estar grávida, porém uma semana mais tarde ela informou estar menstruada, portanto foi descartada a possível gravidez. Tal fato gerou no grupo de pesquisa questionamentos sobre a ideia de a adolescente ter feito aborto. No entanto, essa é uma questão em aberto, pois não há intervenções invasivas na vida dos alunos participantes, respeitando-se o grau de abertura que eles, de maneira

individual, eventualmente ofereçam, norteando-se o trabalhando sempre pelo devido respeito aos princípios éticos.

Durante todas as intervenções sempre houve perguntas sobre gravidez, mesmo quando tal tema já havia sido abordado em encontro anterior, apontando para o fato de que há a curiosidade e de certa forma preocupação sobre a gravidez entre os adolescentes. As perguntas foram as mais diversas:

“Como uma menina virgem pode engravidar? [sic]”

“Se uma menina faz sexo menstruada ela pode engravidar? [sic]”

“ Quando uma mulher e a outra ficam juntas elas podem fazer filhos, como? [sic]”

“Se uma adolescente engravida, ela pode morrer no parto? [sic]”

“Pelo ânus engravida? [sic]”

Em determinado momento, os alunos, instruídos a listarem pontos negativos da gravidez na adolescência, citaram vários fatores tais como: trocar fralda, dar banho, sustentar financeiramente, não ter tempo para vivenciar plenamente a adolescência. O que reforçou a ótica de que estão conscientes das obrigações que tal fato acarreta.

Em contrapartida houve um comentário na caixa de perguntas que chamou a atenção: “Porque sexo é bom? sexo é bom porque faz muitos nenéns...” [sic].

Questionados sobre essa afirmativa feita por um dos colegas da turma um aluno mencionou não achar necessário dinheiro para ter filhos porque existe o Bolsa Família.

Pontos positivos, no entanto, quase nem foram citados ou lembrados.

8 RELAÇÃO SEXUAL

Este é um assunto de grande interesse para os adolescentes, pois envolve o prazer e traz grandes curiosidades e perspectivas para os que ainda não tenham tido a primeira relação sexual. No caso das meninas há o medo da “primeira vez” e dos meninos a preocupação com o desempenho sexual.

“O corpo da mulher muda depois da primeira relação sexual? [sic]”

“Com quantos anos a gente pode começar a fazer sexo? [sic]”

“Como podemos saber que estamos prontos para a primeira vez? [sic]”

“Porque a primeira vez a mina tem medo de dar? Porque ela é virgem. [sic]”

“Porque a mulher tem medo de sexo na primeira vez? Porque ela não se sente bem. [sic]”

“Dá dói!!! Que isso novinha!!! Q isso. [sic]”

“Porque quando o homem envelhece o tico envelhece também? [sic]”

“Se pode engravidar de animais no sexo selvagem? [sic]”

"Como é o sexo selvagem? [sic]"

"Porque os homens se atiçam? [sic]"

"Sexo a dois é bem mais gostoso. Descabelar o palhaço é paia, melhor sexo a dois. [sic]"

"Qual parte é melhor, a do homem ou da mulher? [sic]"

"Sexo em qualquer lugar? Porque quando o homem sente vontade de fazer sexo ele não estupra a menina? [sic]"

Foi relatado aos acadêmicos da Unisc por uma professora que um aluno de 16 anos se masturbava em sala de aula. A partir do que foi confidenciado, aproveitou-se o encontro que abordava sexualidade e relação sexual para conversar com a turma sobre masturbação, que também é uma forma de sexo, que é natural e pode ser até saudável, mas que deve ser praticada de forma reservada como um ato íntimo.

9 SEXO E VIOLÊNCIA

Assistimos diariamente através dos meios de comunicação o quanto a violência ligada à sexualidade permanece em voga. Ela não está somente ligada ao estupro e pedofilia, bem como ao machismo, a homofobia, sexismo.

Existe certa banalização desta violência, principalmente quando direcionada a mulher. Sendo considerado o objeto do desejo ela é vítima da possessão masculina, tanto dos filhos quanto do marido, que a exploram seja de forma verbal ou física. Essa atitude de cobrador e prestador é muitas vezes aprendida durante a educação, o que faz com que a reprodução dessa situação seja repetida tanto pela filha quanto o filho em suas futuras famílias.

Além disso, de acordo com Souza (2011), a problemática da violência doméstica contra a mulher se apresenta quando as relações amorosas por ela vivenciadas revelam um tipo particular de gozo, onde o Outro é tudo. Mulheres se submetem a homens violentos e não conseguem romper o ciclo interminável de renúncia em prol do Outro. Para algumas mulheres, a busca insaciável pelo Outro é deslocada metonimicamente da mãe para o homem, perpetuando assim seu lugar de objeto rebotalho, desprezível.

Durante os encontros alguns comentários emergem, como a seguinte colocação anônima (via bilhete):

"Porque quando o homem sente vontade de fazer sexo ele não estupra a menina? [sic]"

A falta de coerção jurídica muitas vezes agrava o problema da violência contra a mulher. No entanto, essa medida seria apenas paliativa, já que a ausência de uma maior conscientização e reflexão particular de cada uma prepondera. Portanto, é importante, assim como com outras temáticas, permitir o diálogo dos adolescentes acerca da violência contra a mulher, como também dos diversos outros tipos de violência, possibilitando assim maior compreensão e posicionamento.

10 DIVERSIDADE SEXUAL

O “armário” foi durante muito tempo, e ainda o é em muitos casos, o local reservado aos homossexuais na sociedade. Apesar de há muito já não ser considerada uma doença, e da recente liberação da união homoafetiva, as pessoas com essa orientação sexual seguem sendo estigmatizadas.

Os movimentos de liberação de gays, lésbicas e transexuais surgem precisamente como oposição às diferentes formas de estigmatização, criminalização e patologização que tem origem no final do século XIX, quando foi cunhado clinicamente o termo “homossexualismo”. (RIBEIRO, 2010, p. 51)

Tais movimentos lutam contra a homofobia, termo que designa a aversão, medo e preconceito dedicado às pessoas que possuem orientação sexual homossexual.

“Admitindo-se que algo existe, permite-se que uns assumam, outros defendam, contestem, confrontem. A não existência remete-nos para um limbo onde nem a luta reativa pode ter lugar.” (MAGALHÃES, 2006, p. 46)

É necessário então, como primeiro passo para a aceitação da diferença, que se tome conhecimento dela, e se possa posicionar criticamente quanto a esta, evitando o lugar confortável do “não sou nem contra, nem a favor”. A invisibilidade produz opressão, permitindo somente a não existência.

Discutir a diversidade sexual em sala de aula significa dar visibilidade a ela, retirá-la do obscurantismo na qual se encontra envolta e tratá-la como mais uma das múltiplas possibilidades que o ser humano possui de se relacionar e de satisfazer seus desejos.

Atravessamos um momento de modificações sociais no que diz respeito à visibilidade que as diferenças vêm tomando. Seja por meio dos noticiários, novelas, pela cobertura das emissoras de TV da Parada Gay ou por notícias nos telejornais, a homossexualidade esta sendo posta em pauta.

A parada gay, o carregar de uma bandeira, o dizer-se homossexual, ainda que possa ser interpretado como necessidade de chocar, é a forma encontrada de uma minoria há muito tempo estigmatizada impor o seu lugar.

Durante os encontros com os jovens buscou-se trabalhar os diferentes tipos de relações afetivas e sexuais, priorizando a reflexão acerca da homofobia e preconceito de gênero. Vários comentários surgiram durante as discussões:

“Que nojo! [sic]”

“Como eles fazem sexo? [sic]”

“Se for meu filho, eu mato! [sic]”

“Muitos homens bonitos viram gays. [sic]”

“Todas as travestis trabalham na esquina. [sic]”

Em busca de uma reflexão, confrontou-se os alunos sobre os tipos de preconceitos que existem e vários outros surgiram, além dos temas da discussão: antissemitismo, racismo. Todos considerados por eles injustificáveis. Comentou-se ainda sobre o impacto legal de atos discriminatórios.

Através da conscientização buscamos que atos discriminatórios, muitas vezes encarados como simples brincadeira, sejam precedidos de reflexão e posteriormente repensados.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os encontros com os adolescentes foram criados laços de confiança e amizade que facilitaram as intervenções e auxiliaram para que os trabalhos fossem bem concluídos. A boa receptividade encontrada entre professores e direção no início dos encontros também ocorreu com os alunos que pediram que o grupo retorne nos próximos anos. Dessa forma, considerou-se atingidos os objetivos do trabalho, propiciando que escola e comunidade local tenham evolução positiva quanto à compreensão do tema sexualidade num trabalho desenvolvido num planejamento de longo prazo.

É notável a importância de se manter um diálogo com os jovens sobre sexualidade, pois os mesmos estão tomados de dúvidas. Apesar de, em diálogo com os pais, verificar-se o receio de que, falando-se sobre sexo, seus filhos seriam instigados a praticá-lo, acredita-se que o oposto ocorra. Para os adolescentes, quando oportunizados diálogos abertos, onde possam colocar suas dúvidas, beneficiam-se de forma a, com suas curiosidades sanadas, retardarem o primeiro ato sexual, que seria uma forma de descoberta da sexualidade quando a mesma não é falada.

O projeto *Educação sexual: formando redes de socialização* segue dando continuidade às intervenções sobre tema sexualidade atendendo a novos pedidos que já estão em andamento, com a perspectiva de que os estudos auxiliem para uma vida sexual mais saudável dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A., KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- CASTRO, M., ABRAMOVAY M. & SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: Unesco, 2004.
- CORRÊA, A. I. *Mais tarde é agora! Ensaio sobre adolescência*. Salvador: Editora Agalma, 1996.
- FERRUA, L. H. *A educação sexual: análise crítica de uma experiência*. Campinas, 1980.
- GOMES, de A.W. Nível de informação sobre adolescência, puberdade e sexualidade

entre adolescentes. *Jornal de Pediatria*, Vol.78, n.4, p.302-308, mai.2002.

GUEDES, B.; PORTO, F.; ACÁCIO, F. Infância, Consumo e Mídia: costurando a realidade das crianças na Contemporaneidade. *Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, Vol. 2, n. 3, 2009.

MACEDO, M. M. K. (Org.), *Adolescência e psicanálise – intersecções possíveis*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MAGALHÃES, M. J. Lésbicas mães: Mais um desafio ao patriarcado? In: *Encontro sobre Homoparentalidade*. Lisboa: ISPA, 2006.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, Vol.44, n.1, mar.2010.

RIBEIRO, I. R. *A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros*. São Paulo: GLS, 2010.

SILVA, N. C. B. et al. Proposta de instrumento para avaliar conhecimento de jovens sobre métodos contraceptivos. *Paidéia*, São Carlos, n.38, p. 365-374, 2007.

SOUZA, T. P. S. O lugar do desejo feminino frente a violência. *Periódicos eletrônicos de psicologia*, Belo Horizonte, n. 62, p.85-92, 2011.

LEVANTAMENTO DA REALIDADE: APROXIMAÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO PARA CONHECIMENTO DOS MEIOS QUE VIABILIZAM A ACESSIBILIDADE DIGITAL EM ESCOLAS PÚBLICAS

Bárbara Inês Plentz¹

Diego Ildonei Limberger²

Laura Marcine Pranke³

Marcia Elena Jochims Kniphoff da Cruz⁴

1 INTRODUÇÃO

A educação é pauta das principais discussões do país e do mundo e, como essa, a acessibilidade nunca foi tão evidenciada. Um aspecto relevante dentro das questões que permeiam a acessibilidade é a “acessibilidade digital”. É um tema de caráter amplo, que permite muitas discussões e exige muitas ações. Nesse sentido, é inviável que um tema tão rico e necessário seja tratado apenas de forma teórica em disciplina da grade curricular da graduação. Assim, uma disciplina intitulada “Inclusão Digital e Acessibilidade”, do curso de Licenciatura em Computação, teve

1 Acadêmica do curso de Licenciatura em Computação da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: bines@mx2.unisc.br

2 Acadêmico do curso de Licenciatura em Computação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista no projeto *Unisc Inclusão Digital*. Bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. E-mail: diegolim87@gmail.com

3 Acadêmica do curso de Licenciatura em Computação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista no projeto *Unisc Inclusão Digital*. Bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. E-mail: lauraa9301@hotmail.com

4 Professora do Curso de Licenciatura em Computação da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: mcruz@unisc.br

como seus principais objetivos, conforme previsto no Plano de Ensino da Disciplina, conhecer as questões teóricas sobre inclusão digital e da acessibilidade; analisar a aplicabilidade de ferramentas para inclusão digital e acessibilidade; analisar diferentes metodologias para promoção da inclusão digital e acessibilidade; bem como planejar atividades educativas referentes à questão. A partir dessa proposta, desencadeou-se a atividade de extensão que colaborou tanto com o aprendizado dos estudantes envolvidos, tornando-se extremamente significativa, quanto com um dos principais desafios enfrentados pelos educadores de Escolas Públicas: as dificuldades em proporcionar aos alunos que apresentam necessidades especiais a oportunidade de estudarem nas mesmas condições que alunos que não possuem tais necessidades, sejam estas dificuldades visuais, auditivas ou motoras, de forma que ambos os grupos venham a adquirir o mesmo patamar de qualidade de ensino. Considerando que a sociedade segue um caminho de inclusão, em que cada vez mais o acesso de pessoas portadoras de deficiência a meios e materiais educacionais digitais cresce, surgem inúmeros questionamentos quanto à estrutura no campo de Tecnologia da Informação que uma Escola Pública possui para atender seu aluno matriculado que seja portador de algum tipo de deficiência.

Inicialmente, para haver uma melhor compreensão do conceito geral de Acessibilidade é interessante recorrer à Constituição Federal, mais exatamente ao artigo 8º do Decreto-lei 5296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta duas leis. Uma delas é a Lei de nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que tem como foco priorizar o atendimento às pessoas com deficiências, e a outra, Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece basicamente normas gerais e critérios básicos para a promoção da Acessibilidade. Constata-se, dessa forma, que o termo Acessibilidade refere-se ao direito de ingresso, permanência e usufruto de todos os bens e serviços sociais, passando a discussão a girar também em torno do conceito de sociedade inclusiva.

Segundo Dias (2003), Acessibilidade Digital é a capacidade de um produto ser flexível o suficiente para atender às necessidades e preferências do maior número possível de pessoas, além de ser compatível com tecnologias assistivas usadas por pessoas com necessidades especiais. Ainda, segundo o mesmo autor, Acessibilidade na Web significa que qualquer pessoa, utilizando qualquer tipo de tecnologia de navegação, sejam elas navegadores gráficos, textuais, especiais para sistemas de computação móvel, entre outros, deve ser capaz de visitar e interagir com qualquer *site*, compreendendo inteiramente as informações nele apresentadas. Portanto, é preciso criar ou tornar as ferramentas e páginas acessíveis para quem as utiliza, sejam pessoas com deficiências ou não, beneficiando, também, idosos, usuários de navegadores alternativos, de tecnologia assistiva e de acesso móvel. O conteúdo das páginas e as ferramentas devem ser acessíveis porque muitas pessoas podem, total ou parcialmente, não ver, ouvir, mover algum membro de seu corpo ou mesmo processar com dificuldade algum tipo de informação. O tema referente à Acessibilidade Digital já tornou-se assunto majoritário em grandes eventos internacionais. Em setembro de 2011, por exemplo, ocorreu em Nova York, EUA, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tal encontro gerou um relatório, publicado em conjunto pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Iniciativa Global para as TICs (Tecnologias da Informação Computacional), em que é revelada uma onda de

interesse em um mercado ainda quase inexplorado, justamente o da "Acessibilidade Digital". Este relatório, disponível na página do UIT na *internet*, aponta que a 'acessibilidade digital' pode beneficiar 15% da população mundial.

2 OBJETIVOS

Os principais objetivos a serem alcançados nesta pesquisa consistem primeiramente em conhecer a estrutura disponível em duas Escolas Públicas quanto às Tecnologias de Informação e de que forma as mesmas são oferecidas a alunos com necessidades especiais matriculados nestas instituições visitadas. Posteriormente, oferecer a professores e funcionários orientações de como a Informática pode garantir uma melhor qualidade de aprendizado a estes alunos; e finalmente apresentar à sociedade, após maior aprofundamento do estudo deste tema, possibilidades de uso da Informática como ferramenta de auxílio para uma melhor qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais. Tal atividade se aplica como forma de reflexão sobre os conteúdos aplicados e irão ocorrer em forma de oficinas em escolas, bairros ou comunidades de cidades da região.

3 METODOLOGIA

A pesquisa utilizou-se de uma metodologia qualitativa, procurando investigar a estrutura oferecida no quesito Acessibilidade Digital aos alunos com necessidades especiais de duas Escolas Públicas. O primeiro passo adotado para dar início à pesquisa foi definir em quais cidades, e em quais Escolas, realizar as visitas. Ficou acordado entre os pesquisadores que as cidades de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo, e Estrela, no Vale do Taquari, seriam as escolhidas.

A escolha se deu basicamente por dois fatores. O primeiro se deu quanto à questão do desenvolvimento social de ambas as cidades. Uma é considerada cidade-polo de sua região, e a outra se encontra em processo de expansão. O segundo fator envolveu a questão de mobilidade dos pesquisadores até as Escolas. Como havia a possibilidade de realizar mais de uma visita, a fim de coleta de informações e dados, optou-se por Escolas que fossem de fácil acesso para os pesquisadores. Após definição de uma lista de Escolas, em ambas as cidades, houve contato telefônico, com a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa e confirmar a existência de alunos com necessidades especiais matriculados de forma regular na instituição. Após contatos, chegou-se à escolha final de duas Escolas (uma em cada cidade). As visitas em ambas aconteceram de forma agendada junto à Secretaria e/ou à Direção Escolar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em visitas realizadas à Escola da cidade de Estrela, foi confirmada pelos pesquisadores a informação de haver um aluno com necessidades especiais, matriculado regularmente na instituição, com diagnóstico de baixa visão.

Dentre os materiais que se encontram à disposição para uso durante as aulas, estão uma lupa convencional de aumento, um *notebook* fornecido pelo Ministério da Educação e uma Lupa Eletrônica, conectada a este *notebook*. Essa lupa eletrônica caracteriza-se basicamente por um mouse adaptado, que possui em sua base inferior uma câmera que captura imagens e repassa à tela do *notebook*.

Figura 1 - Aluno utilizando lupa eletrônica durante atividade em sala de aula



Fonte: Registro Pessoal, 2012 (Autoria da foto: Bárbara Inês Plentz)

É possível configurar o tamanho da imagem que é reproduzida para a tela do *notebook*, ajustando a função *zoom*. O aluno também possui cadernos especiais com linhas de 1.5cm de espessura e lápis com grafite 9B, além de boa parte das cópias xerográficas dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula ser em tamanho aumentado de fonte.

Quanto à mobília, existe suporte especial para colocar livros e materiais. A Escola também conta com uma reglete, equipamento manual destinado a escrita em Braille. Foi constatado que não é utilizado nenhum tipo de *software* dedicado à acessibilidade no *notebook* que é utilizado pelo aluno, apenas a ferramenta de ampliação de imagem. O equipamento para produção manual de escrita em Braille

também não é utilizado. Conforme relatou a secretária da instituição, as Escolas da cidade de Estrela contam como missão "educar cuidando e cuidar educando, promovendo a transformação de informações em conhecimentos, a fazer com a essência de saberes, o conviver com as diferenças, formando um ser consciente, ético e atuante". Ainda foi informado que o aluno portador de baixa visão é atendido através de um projeto chamado AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Quanto à estrutura da Escola de Santa Cruz do Sul, a mesma possui uma sala de aula exclusiva para atender uma turma de alunos especiais. Essa turma é composta de estudantes de várias outras Escolas do município que, em turno oposto ao de suas aulas, realizam atividades de reforço e auxílio aos conteúdos desenvolvidos em outras disciplinas. Conforme salientado pela diretora da Escola, a instituição tem como filosofia construir conhecimentos que auxiliem na formação de pessoas autônomas, solidárias, sensíveis e versáteis, fundamentada em uma proposta de Educação que repense permanentemente sua prática pedagógica, buscando novos caminhos que permeiam e oportunizam o aguçar do senso crítico e a criatividade do educando. Dessa maneira, visa favorecer a convivência num ambiente saudável, multidisciplinar e inovador; como também disponibilizar o atendimento educacional especializado de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (aqui se cita deficiência intelectual, auditiva, visual, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/super dotação), através de recursos e estratégias específicas, viabilizando, dessa forma, o processo de construção do conhecimento. A Escola possui nesta turma 29 (vinte e nove) alunos com necessidades especiais que frequentam aulas regulares em turmas regulares. Dentre eles, compõem o grupo de alunos 05 (cinco) deficientes visuais e 01 (um) deficiente auditivo. O restante dos 23 (vinte e três) alunos deste grupo é diagnosticado com baixa visão, não sendo exatamente deficientes visuais. A maioria desses alunos, além de possuírem problemas relacionados à sua visão, possuem outros tipos de deficiência, tais como síndrome de Down e déficit de atenção. A sala de aula exclusiva desta Escola, denominada "Sala de Recursos", conta com um espaço bem amplo, num local bem aconchegante, promovendo consequentemente o bem-estar do aluno. O piso da sala de aula possui cobertura antiderrapante em sua maioria e, além de *notebook*, possui grande variedade de jogos educativos e lógicos.

Figura 2 - Ambiente da Sala de Recursos.

Fonte: Registro Pessoal, 2012 (Autoria da foto: Laura Marcine Pranke)

Conforme citado por um dos professores que atende esta turma, o maior objetivo é estimular estas crianças com jogos educativos que sejam interativos e de raciocínio lógico, como apoio aos trabalhos desenvolvidos em sala de aula. Como ferramenta de auxílio ao aprendizado, os professores desta turma utilizam determinados softwares computacionais. Entre eles estão o Braille Fácil⁵, o Macdaisy⁶, o Magic⁷,

-
- 5 O programa Braille Fácil permite que a criação de uma impressão Braille seja uma tarefa muito rápida e fácil, que possa ser realizada com um mínimo de conhecimento da codificação Braille. O texto pode ser digitado diretamente no Braille Fácil ou importado a partir de um editor de textos convencional. O editor de textos utiliza os mesmos comandos do *NotePad* do Windows, com algumas facilidades adicionais. Uma vez que o texto esteja digitado, ele pode ser visualizado em Braille e impresso em Braille ou em tinta (inclusive a transcrição Braille para tinta).
 - 6 Baseado no padrão internacional Daisy – *Digital Accessible Information System* -, a ferramenta brasileira traz sintetizador de voz (narração) e instruções de uso em português brasileiro. O software permite converter qualquer texto em formato Daisy e, após a conversão, é possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito.
 - 7 O Magic é um software de ampliação de tela de computador para pessoas com baixa visão. Além de ampliar a tela em até 16 vezes, permite escolher entre diversas configurações visuais e formas de exibição para conseguir a melhor condição de visualização possível para a condição visual do usuário. Uma versão com voz permite ainda vocalizar textos da tela ao mesmo tempo em que esta é ampliada.

o Jaws⁸ e o Dosvox⁹. Também é utilizado um teclado portátil conectado por entrada *USB* ao *notebook* existente na sala. Este teclado, que possui um tamanho diferenciado, maior do que teclados normalmente encontrados no mercado são próprios para pessoas que possuem dificuldade de visão ou dificuldade de coordenação motora, pois facilitam o uso do computador para digitação.

Figura 3 - Teclado com tamanho diferenciado.



Fonte: Registro Pessoal, 2012 (Autoria da foto: Laura Marcine Pranke)

Uma pequena diferença entre as metodologias adotadas pelas duas Escolas é que, na instituição da cidade de Estrela, o aluno com necessidade especial estuda num mesmo ambiente de colegas que não possuem nenhum outro tipo de necessidade especial ou deficiência, ao contrário da Escola visitada na cidade de Santa Cruz onde existe uma turma exclusiva com atendimento dedicado aos alunos especiais.

Chamamos a atenção para a situação constatada na Escola de Estrela. O aluno, portador de baixa visão utiliza um equipamento eletrônico, neste caso, uma lupa eletrônica semelhante a um mouse que promove o aumento de imagens que são reproduzidas na tela de um *notebook*. Segundo Correia (1997), as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) a cada dia ocupam um maior espaço em vários setores e segmentos de nossa sociedade e é com grande expectativa que se

8 Desenvolvido para usuários de computador, cuja perda de visão impede de ver o conteúdo da tela, o JAWS lê em voz alta o que está na tela do computador ou notebook.

9 O Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vem nos últimos anos se dedicando à criação de um sistema de computação destinado a atender aos deficientes visuais. O sistema operacional DOSVOX permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.

acompanha a aplicação das potencialidades de tais tecnologias da informação na educação de crianças com necessidades especiais educativas, às quais o autor se refere como “crianças com NEE” (p. 167). Ainda, segundo o autor, é o fator humano que vai determinar o sucesso da utilização dos meios tecnológicos da informação no sistema de ensino e, “sendo necessário que educadores estejam sensibilizados, formados e atualizados nestas matérias” (p. 167). Suponhamos que a dificuldade de visão deste aluno se agrave com o passar do tempo. Quais medidas o educador e a Escola irão tomar para atendê-lo de forma qualitativa? Certamente será alterando o nível de zoom onde são capturadas as imagens pela lupa e repassados à tela do *notebook*. E por que, ao invés de forçar o sentido que apresenta deficiência, não explorar algum outro sentido deste aluno que não apresenta nenhum tipo de problema, como a audição, por exemplo? Conforme GIL (2000), “no caso da criança com deficiência visual, é mais importante ainda desenvolver os órgãos dos sentidos de que ela dispõe, já que lhe falta a visão, principal canal de apreensão do mundo exterior.” (p. 33). Consideramos, desta forma, de suma importância que no caso deste aluno, seja desenvolvido seus demais sentidos físicos, tais como a audição. Esse desenvolvimento pode ocorrer, por exemplo, realizando de forma gradativa a substituição de sua lupa eletrônica por um *software* que realiza a leitura do que é exibido na tela do *notebook*. É disponibilizado na *internet*, de forma gratuita, dezenas de *softwares* que exercem tal função. Alguns, desenvolvidos por universidades brasileiras, contam com uma emissão de voz que se assemelha muito ao nosso português, o que garante uma adaptação ainda mais imediata para novos usuários. É notável o domínio por parte do aluno desta Escola quanto ao equipamento (mouse/lupa eletrônica), tanto que o mesmo o opera de forma individual, não necessitando de ajuda de terceiros. Desta mesma forma, acreditamos que seria tranquilo um processo de transição da ferramenta atualmente usada pela nova, citada há pouco. Ressaltamos também que, gradualmente, seria interessante o desenvolvimento do seu tato, através de escritas em braille. Existem aplicativos gratuitos e desenvolvidos por brasileiros, como o Braille Fácil, por exemplo, citado anteriormente e adotado na Escola da cidade de Santa Cruz do Sul, que realizam de forma prática e rápida a conversão da escrita convencional para o formato braille, através de editor de texto. Seria necessário investimento para aquisição de impressora especializada e educador formado na área, porém, comparado aos benefícios futuros que tais atividades podem resultar na vida adulta desta criança, garantindo praticamente sua independência social quanto a comunicação, tal investimento seria inquestionável.

Quanto à estrutura disponível na Escola de Santa Cruz do Sul, constatou-se um empenho muito grande por parte da instituição em promover a acessibilidade como um todo, não só no âmbito digital, mas também no âmbito arquitetônico. Segundo Dias (2003), “prover a acessibilidade é remover barreiras que impeçam as pessoas deficientes de participarem de atividades do cotidiano, incluindo o uso de serviços, produtos e informação” (p. 110). No caso desta escola, rampas de acesso nas entradas e piso antiderrapante existente na sala de aula proporcionam segurança e demonstram comprometimento quanto a responsabilidade social da instituição com seus alunos. Ao observarmos o uso das TICs para a promoção da acessibilidade tem-se a feliz surpresa do uso, mesmo que em poucos momentos, de *softwares* dedicados. Mesmo sem formação específica na área de Informática, o educador desta turma

procurou conhecer o funcionamento de tais *softwares*, além de averiguar também quais benefícios poderiam ser extraídos dos mesmos. Tal fato se constatou durante uma das visitas, quando foi citado pelo educador ao pesquisador o nome dos programas computacionais em uso atualmente e para qual finalidade cada um era adotado. Como não foi possível acompanhar o andamento de uma aula desta turma de alunos especiais, constatações quanto ao correto uso destes *softwares* e suas ferramentas não foram possíveis.

Durante as visitas realizadas em ambas as Escolas, ficou explícita, por parte dos pesquisadores, a disponibilidade dos educadores para futuras orientações e apoio quanto ao desenvolvimento de novas atividades que envolvem o uso da Informática e o aprimoramento das atividades já adotadas. Com a intenção de aprimorar e atualizar o conhecimento das duas comunidades escolares, está em desenvolvimento pelos pesquisadores um *folder* explicativo. Nele constarão referências para busca de informações sobre o uso de TICs no aprendizado de alunos com necessidades especiais. Este *folder* será distribuído às duas instituições já no início do ano letivo do ano de 2013. Serão desenvolvidas também, para este mesmo ano letivo, oficinas em diversas escolas e comunidades da região. O projeto destas oficinas, já em fase de desenvolvimento, deve contar com relatos dos pesquisadores, apresentação de equipamentos e *softwares* específicos para promoção de acessibilidade além de material impresso a ser entregue aos participantes. Organizados pelos pesquisadores deste artigo com a coordenação e acompanhamento de professor, os resultados finais serão divulgados em eventos institucionais, tais como Salão de Ensino e Extensão.

4.1 O significado da integração para os estudantes da graduação

A disciplina "Inclusão Digital e Acessibilidade" apresentou uma grande diversidade de artigos, tutorias e *softwares* computacionais, conseqüentemente gerando discussões em torno do tema e análise de inúmeras situações entre os acadêmicos. Havia um desejo imenso em compartilhar tais conhecimentos adquiridos durante o período da disciplina da graduação com a comunidade e, ao mesmo tempo, realizar um levantamento a fim de descobrir novas situações ou dificuldades existentes e poder retornar a estas mesmas comunidades alternativas que resultassem positivamente no desenvolvimento do aprendizado em sala de aula de seus alunos com necessidades especiais. Com a realização de tal desejo, aplicando-se na prática os conteúdos desenvolvidos na disciplina da graduação, pode-se entender como a tecnologia pode, quando bem utilizada, contribuir para maior qualidade de vida de um grupo de pessoas que, por si só, já enfrenta uma série de limitações em sua rotina diária. Quem possui um familiar ou ente querido com algum tipo de necessidade física tem ciência de como para ele uma ferramenta, seja ela física, como equipamentos para locomoção, ou tecnológica, como *gadgets* e aparelhos eletrônicos dedicados, é importante e proporciona sentimento de esperança e felicidade, resultando, conseqüentemente, em sua inclusão social. Durante este trabalho de extensão, tais sentimentos foram claramente perceptíveis. É visível, em se tratando de temas como o da Acessibilidade, toda ajuda oferecida é sempre bem-vinda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encaminharmos esta pesquisa para suas considerações finais e tecer alguns comentários, afirma-se que esta é apenas uma etapa, o início de uma trajetória em que muitas descobertas ainda estão por vir, pois hoje caminhamos rumo a uma sociedade inclusiva, onde todos devem ter os mesmos direitos de acesso à informação e a uma educação de qualidade. Conforme citado anteriormente, para o ano de 2013, em continuidade a este trabalho de pesquisa, está sendo organizada a aplicação de oficinas em diversas escolas da região que visam promover divulgação, orientação e esclarecimento quanto à Acessibilidade Digital e o uso de tecnologias da informação na educação inclusiva. O projeto das oficinas deve contar com relatos dos pesquisadores, apresentação de equipamentos e *softwares* específicos para promoção de acessibilidade além de material impresso a ser entregue aos participantes. Pode-se concluir até o momento que, em diferentes contextos, há entendimentos variados para a expressão acessibilidade, muitas vezes sutis, que podem levar a propostas diferenciadas de atividades Escolares. Conforme Sasaki (2003), a acessibilidade tem sido associada ao compromisso de melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência. Entretanto, ela também está relacionada com a qualidade de vida de todas as pessoas de nossa sociedade. Pelas visitas realizadas em ambas as escolas foi possível constatar um grande empenho de todos os envolvidos; citam-se aqui professores, direção e funcionários, em função da inclusão social de tais alunos especiais para com a comunidade escolar e conseqüentemente a sociedade na qual vivem. Confirma-se, dessa forma, que ambas as escolas se adaptaram de forma satisfatória no atendimento de seus alunos em diversos pontos no quesito Acessibilidade Digital. Porém, há urgência na exploração de maior número de tecnologias existentes para amparo aos estudantes em questão. Ainda, para Sasaki (2003), a denominada acessibilidade tecnológica não constitui outro tipo de acessibilidade, pois o aspecto tecnológico deve permear os demais. Promover a acessibilidade, em seu sentido mais amplo, portanto, é indispensável ao "movimento" contemporâneo de inclusão digital, considerado um dos mecanismos para viabilizar a inclusão social. A inclusão digital deve transcender aspectos relativos ao custo dos artefatos de computação, acesso físico indiscriminado a esses recursos e educação para o uso da tecnologia. Não se pode deixar de salientar ainda que essa atividade de pesquisa ampliou o significado da disciplina de graduação intitulada "Inclusão Digital e Acessibilidade", oportunizando um aprendizado diferenciado que envolveu pesquisa e extensão, proporcionando experiências em um dos novos e possíveis campos de atuação dos alunos do curso de Licenciatura em Computação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO-LEI 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em novembro de 2012.

BRASIL, PORTAL OFICIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA, L10098. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em novembro de

2012. DIAS, Cláudia. *Usabilidade na web: criando portais mais acessíveis*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

BAUTISTA, Rafael. *Necessidades educativas especiais*. 1. ed. Lisboa: Dinalivro, 1997.

CORREIA, Luís de Miranda. *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Porto: Ed. Porto, 1997.

SILVEIRA, S. A.; CASSINO, J. *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

GIL, Marta (Org.). *Deficiência visual*. MEC - Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acesso em novembro de 2012. Making Mobile Phones and services accessible for persons with disabilities. Apresenta Relatório sobre Acessibilidade Digital organizado pela UIT. Disponível em: <http://www.itu.int/ITU-D/sis/PwDs/Documents/Mobile_Report.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2012.

BRAILLE FÁCIL. Apresenta informações gerais sobre o software. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/brfacil/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2012.

ACESSIBILIDADE Inclusiva. Apresenta diversas informações sobre Acessibilidade Inclusiva. Disponível em: <<http://www.acessibilidadeinclusiva.com.br/programas-paracomputadores/>>. Acesso em: 28 de setembro de 2012.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ASAN: UMA PRÁTICA ORGANIZADA E ORIENTADA

Cassinéli Garske¹
Ediberto de Oliveira Machado²
Lisoni Muller Morsch³
Patricia Genz Azambuja⁴

1 INTRODUÇÃO

Durante o processo de envelhecimento, ocorrem alterações morfológicas, funcionais e bioquímicas que modificam progressivamente o organismo, aumentando a possibilidade de ocorrência de dependência em toda e qualquer tarefa cotidiana, mesmo para os atos mais corriqueiros. Essas mudanças, eventos naturais e gradativos, próprios da idade, variam de um indivíduo para outro, levando à perda de adaptabilidade e a importantes deficiências funcionais, com as consequentes alterações físicas, psicológicas e sociais que acarretam. Com o passar dos anos, o desgaste decorrente da velhice torna-se inevitável e, apesar de nem sempre significar a presença de uma doença, representam uma fase na qual o ser humano fica muito mais suscetível.¹

O aumento da população idosa tem levado a uma maior preocupação com a capacidade funcional, que passa a se destacar como estimativa de saúde entre

-
- 1 Acadêmica do curso de Farmácia da UNISC e estagiária do Projeto Assistência Farmacêutica na ASAN.
 - 2 Professor e Coordenador do curso de Farmácia da UNISC, Farmacêutico e Coordenador do Projeto de Assistência Farmacêutica na ASAN.
 - 3 Professora do curso de Farmácia da UNISC e Integrante do Projeto de Assistência Farmacêutica na ASAN.
 - 4 Acadêmica do curso de Farmácia da UNISC e bolsista do Projeto Assistência Farmacêutica na ASAN.

os idosos. Com o envelhecimento populacional, tem surgido uma maior prevalência de doenças crônicas, com o conseqüente desenvolvimento de incapacidades.²

A Associação de Auxílio aos Necessitados de Santa Cruz do Sul - ASAN é uma Instituição de Longa Permanência que foi fundada em 04 de novembro de 1948 e que serve como uma opção para os necessitados, desempenhando funções de guarda, proteção e alimentação aos institucionalizados. Muitos dos indivíduos que vivem nessas instituições apresentam problemas de saúde, com comprometimento de sua autonomia e conseqüente dificuldade de permanência em âmbito familiar.

Desde sua fundação até o presente momento, a ASAN atende a um grupo específico de pessoas necessitadas, entre elas idosos, deficientes físicos e pessoas com problemas psiquiátricos, esmerando-se na busca de qualidade nos seus serviços.

Com o envelhecimento, a prevalência de doenças crônicas aumenta, modificando a demanda de cuidados necessários para o idoso. O surgimento de uma doença traz como conseqüência imediata o comprometimento da independência, evoluindo progressivamente até a perda da autonomia. Grande parte dos institucionalizados são indivíduos idosos que possuem algum tipo de patologia, mas nem sempre essas enfermidades são as únicas responsáveis por sua dependência, que pode ocorrer mesmo na ausência de qualquer doença. Como princípio básico considera-se saudável o idoso portador de doenças crônicas, desde que possua autonomia e controle sobre elas.

Nesse contexto, destaca-se a importância da Assistência Farmacêutica no amplo processo de recuperação e preservação da saúde do paciente institucionalizado. Com esse intuito, com a finalidade de aprimorar a organização, o controle e a dispensação de medicamentos, a farmácia passou por uma reestruturação física, adequando-se às necessidades dos usuários e dos profissionais da área da saúde que lá atuam, possibilitando um trabalho interdisciplinar e de maior controle funcional.

A extensão universitária é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontra, na sociedade, a oportunidade de se aprofundar no exercício e no desenvolvimento do conhecimento acadêmico. Esse fluxo estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, gerando a produção do conhecimento a partir do confronto com a realidade brasileira ou regional, contribuindo significativamente para a mudança em sociedade.³

Considerando esses fatos, o projeto aqui destacado tem como objetivo prestar Assistência Farmacêutica aos indivíduos que residem na Associação de Auxílio aos Necessitados de Santa Cruz do Sul - ASAN, com a proposta de melhorar a qualidade de vida desses institucionalizados, através da organização de sua farmácia interna, assim como pela revisão das suas medicações, identificando, resolvendo e prevenindo os problemas relacionados ao seu uso, com melhora da efetividade farmacoterapêutica e minimização das reações adversas, atendendo assim às necessidades, dentro de um caráter crítico, reflexivo e humano.

Assim, segundo Bisson (2003)⁴, para o farmacêutico exercer as ações de Atenção Farmacêutica, deve ter bem definido os conceitos e as responsabilidades do profissional, e quais as habilidades clínicas que deve ter para praticar uma abordagem focada no paciente.

A Atenção Farmacêutica implica o processo por meio do qual o farmacêutico coopera com o paciente e com outros profissionais mediante o delineamento, a execução e a monitorização de um plano terapêutico, com o objetivo de promover a utilização racional do medicamento e garantir a obtenção dos resultados terapêuticos esperados, minimizando-se a incidência de problemas relacionados ao seu uso (PRM).⁵

Também é importante destacar a necessidade por parte do acadêmico de compreender e desenvolver habilidades e conhecimentos necessários para transpor as dificuldades que se encontram presentes entre os conceitos e ferramentas teóricas para o dia a dia prático do profissional farmacêutico, resgatando assim antigos paradigmas relacionados ao compromisso por parte do farmacêutico com a saúde do paciente.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é parte do Projeto da Assistência Farmacêutica na ASAN, e tem por objetivo proporcionar uma assistência farmacêutica de qualidade, promovendo o uso racional dos medicamentos e propiciando o melhor resultado farmacoterapêutico possível para os 87 institucionalizados, dos quais 59 são mulheres e 28 são homens. Este trabalho está sendo desenvolvido desde março de 2012 e conta com a participação de estudantes do Curso de Farmácia da UNISC, envolvendo aspectos relacionados à aquisição, recebimento, armazenamento e dispensação de medicamentos e correlatos, aliado ao indispensável acompanhamento terapêutico dos pacientes.

A parte operacional da Farmácia da ASAN ocorre basicamente através da aquisição de medicamentos, realizada sempre no início de cada mês, pelo sistema de cotações dos produtos fornecidas por farmácias e drogarias selecionadas, com retirada dos mesmos, sem custo para a instituição, na Farmácia Municipal ou nas Farmácias Populares e também em Farmácias Comunitárias com custo para a instituição. Os medicamentos que necessitam de controle especial são requisitados às farmácias pelo envio, com antecedência, das receitas médicas, o que assegura o fornecimento do medicamento correto, além de representar também um controle adequado para os fornecedores. O recebimento dos medicamentos na Instituição é feito pela secretária,

que se encarrega de repassá-los à farmácia, onde são conferidos, armazenados e organizados em prateleiras, por ordem alfabética e de acordo com o princípio ativo, com controle mensal rígido sobre a data de validade. Os medicamentos termolábeis que são armazenados em geladeiras, e também os que ficam em temperatura ambiente, são submetidos a controle de temperatura, para evitar a deterioração precoce.

A dispensação dos medicamentos é realizada através de um Formulário Terapêutico, onde consta o nome do paciente, o horário de administração do medicamento e a quantidade de fármacos a serem dispensados diariamente. Os

medicamentos são colocados em dispensadores individuais, dispositivos muito úteis e simples, onde a identificação do paciente aparece na face lateral. Os medicamentos são colocados em divisões do dispensador, cada uma delas caracterizada por uma cor diferente, e que se destacam na parte superior do aparelho. Cada cor representa um horário de administração, da maneira como segue: cor amarela: 6 horas; cor vermelha: 12 horas; cor azul: 14 horas; cor preta: 18 horas; cor verde: 22 horas. Esse é um procedimento simples, prático e objetivo, que diminui a possibilidade de erros e possibilita que os medicamentos sejam distribuídos de uma maneira correta, nos horários prescritos e sempre de acordo com o Formulário Terapêutico. Dessa forma, garante-se sempre a entrega do medicamento correto, com a dosagem e quantidade prescrita conforme a receita, com instruções suficientes para o uso e conservação do medicamento para uma utilização adequada.

A dispensação dos medicamentos para os institucionalizados é responsabilidade dos estagiários, que devem sempre respeitar o direito do usuário de conhecer o medicamento que lhe é dispensado. Também está sob seu encargo informar ao paciente a finalidade do medicamento, frisando os benefícios que o uso correto trará sobre a qualidade de vida.

A implantação do projeto de Assistência Farmacêutica também possibilitou uma melhora na aceitação e na adesão ao tratamento por parte dos institucionalizados. Antes a cargo exclusivamente do serviço de enfermagem, com o apoio dos profissionais da área farmacológica, os indivíduos institucionalizados passaram a ter um melhor entendimento sobre o tema. Existe uma divisão de tarefas, onde o Técnico de Enfermagem ou o Enfermeiro distribui individualmente para cada residente os medicamentos, sempre respeitando os horários destacados nos dispensadores, assumindo a responsabilidade por uma administração correta e eficaz.

3 RESULTADOS

Desde sua implantação, em março de 2012, a Farmácia da ASAN totalizou nove meses de funcionamento. Nesse período foram atendidos 87 institucionalizados, sendo 59 do sexo feminino, na faixa etária de 35 a 100 anos, e 28 do sexo masculino, na faixa etária de 33 a 100 anos.

Entre as diversas atividades desenvolvidas destacam-se a organização interna da farmácia, as aquisições de medicamentos e correlatos e a dispensação de medicamentos. Outra novidade nos registros da farmácia foi a implantação de uma ficha individual denominada Formulário Terapêutico, onde constam todos os medicamentos de uso contínuo utilizados pelo paciente nos tratamentos de longo e curto prazo, e onde também ficam registradas as orientações fornecidas a cada paciente. Dessa maneira consegue-se avaliar melhor a qualidade do serviço prestado, ao mesmo tempo em que se fortalece a necessidade da atenção farmacêutica individualizada. A análise das condições gerais de saúde de cada paciente e a resposta dada pelos institucionalizados ao tratamento recebido, seja por expressões ou apreciações, confirmam a necessidade de um bom relacionamento e de uma boa comunicação, onde sempre se procura fortalecer o sentimento de

confiança mútua, indispensável para um tratamento exitoso.

Do total de 87 institucionalizados, apenas três não fazem uso de medicamentos de uso contínuo, necessitando apenas esporadicamente de medicamentos. Desses, dois são do sexo feminino e um é do sexo masculino.

Dos internos que fazem uso contínuo de medicamentos 58 são do sexo feminino, na faixa etária de 30 a 100 anos, sendo que 95% o fazem corretamente, conforme a lista de dispensação, obedecendo aos horários e utilizando-os de maneira adequada e segura; 26 internos são do sexo masculino, na faixa etária de 35 a 100 anos, sendo que 90% o fazem corretamente, conforme a lista de dispensação.

A equipe que trabalha na Instituição é composta de 27 funcionários, profissionais que não medem esforços na busca de uma melhor qualidade de vida para os institucionalizados. Na equipe destacam-se Estagiários, Técnicos de Enfermagem, Enfermeiros e cuidadores, que são responsáveis por todas as questões relacionadas ao uso dos medicamentos, tanto no que se refere aos horários de administração, controle e abastecimento dos dispensadores, como também no fornecimento de informações aos internados e principalmente na captação de confiança e no fortalecimento da adesão ao tratamento.

Como padrão organizacional da Instituição, os medicamentos são adquiridos no início de cada mês, tomando-se como base as cotações fornecidas pelas farmácias, e de acordo com a demanda e com as necessidades de cada internado. São comprados ou então retirados em Farmácias Populares ou na Farmácia Municipal, sendo seis os pontos fixos de coleta de medicamentos no município de Santa Cruz do Sul. Após a aquisição, os estagiários da farmácia se encarregam da conferência e da organização dos fármacos, por ordem alfabética e de acordo com a fórmula farmacêutica.

Conforme descrito no artigo *Investigação de Problemas Relacionados com Medicamentos dos Pacientes Idosos Residentes em um Abrigo de Longa Permanência*, o acompanhamento farmacoterapêutico é considerado como o serviço profissional que tem como objetivo a detecção de problemas relacionados com medicamentos (PRM), para a prevenção e resolução de resultados negativos associados ao medicamento (RNM). Esse serviço implica um compromisso e deve prover-se de forma continuada, sistematizada e documentada, em colaboração com o próprio paciente e com os demais profissionais de saúde, com a finalidade de alcançar resultados concretos que melhorem a qualidade de vida do paciente.⁶

4 DISCUSSÃO

É perceptível a melhora na qualidade de vida dos institucionalizados, obtida após a implantação da farmácia da ASAN. Isso se deve a uma série de avanços proporcionados pelo projeto, destacando-se a organização interna da farmácia, o registro dos atendimentos, a dispensação correta e adequada dos medicamentos, o acesso às informações necessárias e as orientações fornecidas aos usuários,

trazendo, como resultado, uma maior adesão ao tratamento e estabelecendo um sentimento de confiança entre todas as partes envolvidas. Também contribuiu para esta melhoria a ampliação do quadro de funcionários, de um para dois estagiários, mudança necessária pelo aumento significativo das atividades técnicas e gerenciais na farmácia.

Em indivíduos institucionalizados, a adesão ao tratamento é maior, em virtude da administração de medicamentos ser responsabilidade da farmácia, dos Técnicos de Enfermagem, Enfermeiros e cuidadores e não do próprio institucionalizado, eliminando fatores como esquecimento e falta de informações sobre o tratamento e afastando a opção da suspensão do uso ou alteração da dose e posologia por conta própria.

O acesso aos medicamentos, um dos objetivos do projeto, está relacionado não só à sua disponibilidade, mas também ao uso adequado, em condições e quantidades corretas, para que a efetividade terapêutica seja alcançada.⁷

No Brasil, a atual Constituição Federal estabeleceu que o acesso à saúde é direito de todo o cidadão e papel do Estado e, por meio da Lei Orgânica da Saúde, garante a assistência terapêutica integral, operacionalizada pelo financiamento e distribuição universal e gratuita dos medicamentos no setor público⁸. No entanto, em algumas situações, como, por exemplo, num aumento expressivo e inesperado do número de usuários, pode ocorrer um crescimento na demanda de medicamentos de uso contínuo, e estes podem ocasionalmente faltar. Quando isso ocorre, para que o institucionalizado não fique sem o medicamento, a Farmácia da ASAN busca essas drogas na Farmácia Municipal ou em Farmácias Populares, sem qualquer custo para o indivíduo. Entretanto, se o medicamento estiver indisponível nessas instituições é efetuada a sua compra em Farmácias Comerciais, acarretando, então, um custo adicional para o paciente.

Segundo estudos realizados sobre a Assistência Farmacêutica no Brasil, no ano de 2005, 78,3% dos medicamentos prescritos faziam parte da Rename, variando entre 48,4% a 97,4%, o que evidencia a necessidade de melhor discussão da estratégia da lista de medicamentos essenciais em nível nacional. Também a prescrição de medicamentos pela denominação genérica, obrigatória no Brasil por força da Lei nº 9787, necessita de estratégias adicionais de fortalecimento, pois o valor médio ficou em 84,2%, variando entre 69,2% a 97,4%⁹. Esses índices escancaram a dificuldade de acesso aos medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde, fazendo com que a população tenha que recorrer a outras fontes para adquirir seus medicamentos, como, por exemplo, às Farmácias Populares, onde são distribuídos gratuitamente ou com custo menor, ou, em último caso, às Farmácias Particulares, com um custo considerável para o indivíduo.

O projeto desenvolvido na ASAN mostrou que a maioria dos institucionalizados adere aos tratamentos farmacológicos corretamente, respeitando os horários e o modo de uso dos medicamentos, o que só não ocorre com um pequeno grupo, constituído por pessoas que se julgam em boas condições de saúde, sem a necessidade de medicamentos.

Apesar da grande maioria dos institucionalizados relatarem que gostam da

instituição onde vivem e não se sentem tristes ou estressados por residir em uma instituição, alguns dados da amostragem sugerem que a institucionalização foi acompanhada de impactos negativos na vida social, emocional, psíquica e física desses indivíduos.

A sensação de abandono pelos familiares é predominante nesse grupo, e se reflete na pequena proporção de institucionalizados que recebem visitas de seus familiares. Não se pode esquecer que antes da internação a maioria residia com os familiares ou responsáveis, e partiu desses a decisão de levá-los para a instituição, justificando tal atitude pela falta de recursos financeiros, aliada à falta de espaço nas casas onde residiam. Talvez o abandono pelos familiares e o isolamento expliquem o perfil psicossocial dos institucionalizados, justificando a necessidade de uso de medicamentos.

É sobre esse aspecto do uso de medicamentos que a Atenção Farmacêutica e a assistência da farmácia na ASAN procuraram atuar, buscando proporcionar uma melhora na qualidade de vida aos institucionalizados, através de atividades diversas, relacionadas ao uso racional dos medicamentos, com orientações sobre possíveis reações adversas, interações medicamentosas, uso inadequado e desnecessário e automedicação, salientando sempre a importância da detecção e do tratamento precoce de qualquer enfermidade.

5 CONCLUSÃO

Apesar das alterações inevitáveis do processo de envelhecimento, nem todos os pacientes institucionalizados, residentes na ASAN, tornaram-se dependentes. Muitos, apesar da idade avançada, desfrutaram de um bem-estar, levando uma vida normal, independentemente da presença de doenças ou não.

O presente estudo evidencia a importância da Assistência Farmacêutica para aqueles pacientes que necessitam do uso de medicamentos para a sua sobrevivência. Os benefícios que a reorganização da farmácia, com os registros individuais e o correto armazenamento e dispensação dos medicamentos, trouxeram aos institucionalizados, também se refletiram na equipe multidisciplinar responsável pelos atendimentos, gerando uma rede de aprendizagem coletiva. Essa aprendizagem, por sua vez, colaborou com a necessidade de trabalhar com as diferenças e de buscar um equilíbrio, construindo uma relação de confiança e eficiência no ambiente de trabalho.

Complementando também é importante destacar a necessidade por parte do acadêmico, de compreender e procurar desenvolver habilidades e conhecimentos necessários para transpor as dificuldades que se encontram presentes no dia a dia e que se interpõem entre os conceitos e ferramentas teóricas e a realidade da prática diária.

REFERÊNCIAS

- ¹ SPIRDUSO, Waneen. Wyrick. *Dimensões Físicas do Envelhecimento*. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.
- ² RAMOS, Luiz Roberto. Fatores determinantes no envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso, São Paulo. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, p.19 (3): 793-798, maio-jun, 2003.
- ³ BRASIL. (2000/2001). Plano Nacional de Extensão Universitária: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Acesso em dezembro de 2012, Disponível em: <<http://200.18.15.27/bitstream/handle/1/730/Karina%20Scheffer%20de%20Mattos%20Cardoso.pdf?sequence=3>>
- ⁴ BISSON, M. P. *Farmácia clínica e atenção farmacêutica*. São Paulo: Medfarma Livraria e Editora, 2003.
- ⁵ IVAMA, M. A. Consenso brasileiro de atenção farmacêutica: proposta. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. p. 24. Acesso em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/TCC_Diego.pdf>.
- ⁶ DÁDER, M. J. F.; CASTRO, M. M. S.; HERNANDEZ, D. S. Mérodo Dáder. *Guía de seguimiento farmacoterapéutico*. Granada: Universidad de Granada, 2007. Acesso em dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/TCC_Diego.pdf>.
- ⁷ CHAVES, GC; EMMERICK, I; POUVOURVILLE, N; SAINT-DENIS, Timothée; FONSECA, ASA; LUIZA,VL. (2005). Indicadores de uso racional de medicamentos e acesso a medicamentos: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Farmácia*. Acesso em dezembro de 2012. Disponível em: <<http://200.18.15.27/bitstream/handle/1/730/Karina%20Scheffer%20de%20Mattos%20Cardoso.pdf?sequence=3>>
- ⁸ Acesso em dezembro de 2012. Disponível em: <<http://200.18.15.27/bitstream/handle/1/730/Karina%20Scheffer%20de%20Mattos%20Cardoso.pdf?sequence=3>>
- ⁹ Organização Pan-americana de Saúde. (2005). *Avaliação da Assistência Farmacêutica no Brasil: Estrutura, Processo e Resultados*. Brasília. 260p. Acesso em dezembro de 2012. Disponível em: <<http://200.18.15.27/bitstream/handle/1/730/Karina%20Scheffer%20de%20Mattos%20Cardoso.pdf?sequence=3>>.



Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul
www.unisc.br/edunisc